



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Inês Isabel Barata Pinto e Cardoso Bandeira

# **O PAPEL DA RELIGIÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DA PAZ**

*Dissertação em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento  
orientada por André Saramago e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade  
de Coimbra*

Outubro de 2020



FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Inês Isabel Barata Pinto e Cardoso Bandeira

# **O PAPEL DA RELIGIÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DA PAZ**

*Dissertação em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento  
orientada por André Saramago e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade  
de Coimbra para obtenção do grau de Mestre*

Outubro de 2020

## **Resumo**

A presente dissertação procura analisar o papel da religião na resolução de conflitos e na construção da paz, com o objectivo de perceber qual tem sido, e poderá ser o seu contributo, tendo como base para esta investigação a revisão de literatura. O conflito israelo-palestiniano é o estudo de caso que ajuda a perceber efectivamente o peso que a religião pode ter num conflito e como poderá ser importante utilizá-la como ferramenta para a paz e qual a melhor forma de o fazer. Para auxiliar toda esta pesquisa utiliza-se como lente de análise a teoria do potencial da paz de Galtung, que interpreta cada religião tendo em conta a sua aptidão para promover a paz. Em paralelo, as cinco dimensões da religião, desenvolvidas por Frazer e Owen servem como enquadramento conceptual que permite analisar o papel da religião em processos de construção da paz. No contexto desta investigação foram privilegiadas três dessas cinco dimensões, devido à sua pertinência para o estudo de caso escolhido: “religião como instituição”, “religião como símbolos e práticas” e “religião como comunidade”.

Esta pesquisa permite chegar a um conjunto de conclusões no que diz respeito à introdução da religião na construção da paz. Nomeadamente considera-se fundamental a utilização das dimensões de Frazer e Owen, assim como a compreensão clara de como a religião se manifesta de formas diferentes consoante o contexto em que se insere. Haver também um trabalho conjunto entre políticos e figuras religiosas pode assumir um papel essencial na construção da paz. Mas, para tal, é também fundamental o desenvolvimento de políticas visando a promoção de solidariedade entre figuras religiosas, apostando no diálogo inter-religioso.

**Palavras-chave:** Religião, Paz, Construção da Paz, Conflito.

## **Abstract**

The current dissertation aims to investigate the role of religion in the resolution of conflicts and peacebuilding, in order to provide a clear insight about the influence of this matter in the past, present and future. For this purpose, an extended analysis of literature has been performed with the view to develop a systematic review on the mentioned subject. The conflict between Israel and Palestine was used as a case study to demonstrate the impact of religion in conflicts, how relevant can it be if used as tool to achieve peace and what is the best approach for this exact purpose.

Galtung's peace theory consists of an interpretation of the peace potential that each religion has. The current dissertation uses this theory as an additional tool to help analyse and understand research. In addition, the five dimensions of religion developed by Frazer and Owen are also used as a conceptual framework to allow a clear insight on the role of religion in the peacebuilding process. The following three dimensions have a deeper role in the context of the current investigation: "religion as an institution", "religion as a set of symbols and practices" and "religion as a community".

The current literature review provides an overview associated with the induction of religion in the peacebuilding process. The use of dimensions of Frazer and Owen, and the acknowledgement that religion has different expressions depending on specific contexts, were considered essential to overcome the mentioned conflicts. The co-operation between national governments and religion leaders is considered also one of the main keys to achieve peace. Therefore, it is necessary to review and develop new laws to promote solidarity between religion leaders and stimulate the interfaith dialogue.

**Key Words:** Religion, Peace, Peacebuilding, Conflict.

## Índice

Introdução.....	4
Capítulo 1: Revisão da literatura e quadro teórico-conceptual.....	8
Introdução .....	8
1.1 Religião e paz.....	8
1.2. A religião nas relações internacionais.....	10
1.3. A religião nos estudos da paz .....	13
1.4. As potencialidades da religião na construção da paz.....	15
1.5. Metodologia .....	22
Conclusão.....	25
Capítulo 2: Religião e construção da paz no conflito israelo-palestiniano.....	27
Introdução .....	27
2.1. Antecedentes históricos do conflito israelo-palestiniano.....	27
2.2. A religião no conflito .....	32
2.3. Iniciativas de paz .....	34
2.3.1 Religião como símbolos e práticas.....	34
2.3.2. Religião como comunidade.....	37
2.3.3. Religião como instituição.....	38
Conclusão.....	41
Capítulo 3: Principais desafios e futuro da religião na construção da paz .....	43
Introdução .....	43
3.1. Desafios identificados.....	44
3.2. Identificação dos desafios e dimensões na literatura .....	46
3.3. Factores determinantes no papel positivo da religião na construção da paz.....	51
Conclusão .....	53
Lista das Referências Bibliográficas .....	56

## Introdução

Nesta dissertação pretende-se analisar o papel da religião na resolução de conflitos e na construção da paz.

A religião é muitas vezes associada ao conflito (Smock, 2008: 1), sendo percepcionada como um factor flagrante de desentendimento. Esta ênfase dada ao papel negativo da religião faz com que o seu possível contributo na construção da paz e resolução de conflitos seja muitas vezes menosprezado, ou mesmo ignorado. Como notam Silvestri e Mayall (2015: 20), ainda que esta possa de facto fazer parte das causas do conflito, não é, por si só, a única razão da sua origem, contribuindo apenas para o surgimento de um conflito quando combinada com outros factores. Assim, “a religião em si não é má ou boa, mas o seu poder pode ser utilizado para acelerar a violência (má) ou promover a paz (boa) pelas sociedades” (Silvestri & Mayall, 2015: 20). É então necessário que ao analisar as causas de um conflito sejam tidos em conta outros fenómenos, como os sociais e políticos (Harpviken & Røislien, 2005: 29). Para além disso, o grande problema no que diz respeito à questão religiosa, reside na interpretação extremista da mesma, na sua apropriação para legitimar interesses políticos e na ligação da religião a causas nacionalistas (Silvestri & Mayall, 2015: 22).

A religião desempenha um papel relevante nas relações internacionais, ela contribui para moldar as sociedades, e a importância que lhe é atribuída pelas populações faz dela uma força significativa no sistema internacional. Por exemplo, os líderes religiosos podem ter o papel de mediadores numa situação de conflito, existindo já alguns exemplos históricos de líderes religiosos que utilizaram a religião para lutar pela paz, como Gandhi e Bacha Khan (Dutta & Ahmad, 2019). Estes líderes podem representar

um conjunto de valores respeitáveis; garantias morais de oposição à injustiça; alavancagem única para promover a reconciliação entre partes conflituantes; capacidade de mobilizar a comunidade, a nação e o apoio internacional para um processo de paz; e um senso de vocação que muitas vezes inspira perseverança diante de obstáculos importantes e debilitantes. (Johnston, n.d. *apud* Smock, 2008: 4)

Tendo isto em conta importa perguntar se é possível canalizar a religião para a resolução de conflitos e construção da paz, inquirir de que modo a religião pode ajudar na união das sociedades (Silvestri & Mayall, 2015: 39) e a sanar as causas dos conflitos. Ignorar a dimensão religiosa, num contexto religioso, em procedimentos de construção da paz será prejudicial para o processo de paz, já que fica a faltar o uso de uma força que é muitas

vezes imperativa nestes contextos. Tal como é explicado por Silvestri e Mayall (2015: 28) as próprias crenças, líderes religiosos e organizações de carácter religioso, têm um grande potencial para promover a paz. Segundo Amaladoss (2015: 34), a religião oferece ferramentas que vão permitir que haja uma promoção da paz e da justiça, e tendo isto em conta acaba por revelar-se uma mais-valia inseri-la num processo de paz.

É necessário referir também a importância do próprio diálogo inter-religioso, que poderá ser uma forma de construção da paz, tendo em conta que pode contribuir para amenizar as tensões entre diferentes religiões (Smock, 2008) e permitir combater a intolerância religiosa, indo colaborar no processo de aceitação do outro, enfraquecendo essa diferença, que seria uma fonte de tensão. Como referiu o teólogo Hans Küng (2001) “não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões”. Como nota Galtung (1997), este diálogo é, portanto, essencial na promoção do potencial pacífico das religiões.

Esta discussão do potencial papel da religião em processos de construção da paz remete assim para a pergunta que orienta esta investigação: “de que forma a religião tem sido, e poderá ser, um importante contributo na resolução de conflitos e construção da paz?”. Portanto, o objectivo será procurar perceber como esta pode contribuir para amenizar uma situação de conflito e ser uma força extra na tentativa de estabelecer a paz, trazendo-se uma concepção alternativa para aquela que é atribuída normalmente à religião em situações de instabilidade.

Ainda que a religião tenha a capacidade de influenciar a sociedade, o seu potencial é pouco explorado, olhando-se para a religião predominantemente como parte do problema e não como possível parte da solução. Silvestri e Mayall (2015: 14) explicam que “[a] religião é frequentemente vista como uma causa chave do conflito”, portanto, neste estudo pretende-se compreender como é possível utilizar a religião para construir a paz, de modo a que esta possa ajudar neste processo, facilitando a concretização do mesmo, sendo utilizada como uma força positiva, potencial este que é muitas vezes ignorado.

A discussão do papel da religião na construção da paz será desenvolvida com base em bibliografia que relacione a religião e as relações internacionais, com enfoque na área dos estudos da paz, segurança e desenvolvimento, e também em alguns processos de paz. As fontes de informação serão essencialmente secundárias, onde se recorrerá a livros e artigos académicos que discutem justamente o entrecruzamento entre religião, relações

internacionais e construção da paz. Será dada também ênfase à análise de relatórios de ONGs e fontes noticiosas que sejam pertinentes para a análise do estudo de caso em questão. Esta discussão, tanto na sua vertente teórica como empírica, pretende promover a compreensão do que tem sido feito na prática relativamente à forma como a religião tem sido utilizada nos processos de construção da paz que serão analisados. Deste modo, procura-se, não só, identificar boas práticas no recurso à religião enquanto factor de construção da paz, mas também limitações na sua aplicação, com o objectivo de se elaborarem sugestões de como será possível melhorar o papel da religião neste contexto.

A dissertação foca a sua discussão num estudo de caso, onde se vai analisar o papel da religião em processos de construção da paz no conflito israelo-palestiniano. Pretende-se analisar de que forma a religião tem sido utilizada como um instrumento significativo na resolução deste conflito e na construção da paz neste contexto, pretendendo identificar e caracterizar as iniciativas religiosas que têm sido feitas nesse sentido, havendo, pela sua pertinência neste conflito, um especial enfoque nas religiões islâmica e judaica, tendo em conta que são estas as religiões com uma maior incidência neste território.

O foco desta dissertação estará essencialmente em três pontos: 1) na discussão de como a religião poderá ter um papel activo e significativo na resolução de conflitos e construção da paz, ou seja, procurar-se-á perceber de que modo é possível utilizar a religião neste tipo de situações como meio de apaziguamento; 2) na análise do conflito israelo-palestiniano de forma a identificar de que modo a religião e líderes religiosos tiveram, ou poderiam ter, um papel importante na construção da paz, actuando no conflito como uma força benéfica; 3) na reflexão sobre como se pode responder melhor aos desafios encontrados de forma a promover um conjunto de boas práticas no recurso à religião enquanto factor de construção da paz.

Através desta investigação procura-se sublinhar como a religião pode ter um papel positivo no que diz respeito à resolução de conflitos e construção da paz, sendo para isso necessário que se comece a ter a religião em consideração, não desvalorizando a sua possível actuação neste âmbito, já que a mesma poderá contribuir para uma atenuação das hostilidades, essencialmente quando se está perante uma comunidade cuja cultura esteja profundamente ligada à religião, esperando-se com a leitura desta dissertação inspirar futuramente o seu uso nestes contextos.



Relativamente à estrutura da dissertação, após esta introdução, segue-se o primeiro capítulo onde é feita uma revisão da literatura, como base para o desenvolvimento do quadro teórico-conceptual que orienta este estudo. O capítulo tem como intuito compreender a intersecção teórica que tem sido feita entre religião e relações internacionais, no âmbito dos estudos sobre conflito e paz. Desta forma procura-se compreender o que tem sido dito sobre o assunto, que tipo de ligação foi feita, como esta relação tem vindo a ser criada e qual é a importância da mesma. Este capítulo identifica o quadro teórico-conceptual que serve como lente de análise na elaboração desta dissertação e respectiva metodologia; no segundo capítulo é analisado o estudo de caso, ou seja, o conflito israelo-palestiniano, começando com uma breve contextualização histórica do conflito. Seguidamente vai-se considerar a importância da religião naquele contexto, para depois apresentar um estudo mais detalhado sobre os processos de paz que têm acontecido na região, onde se procura perceber como, e se, a religião tem sido tida em conta. O objectivo do capítulo é compreender o papel da religião na construção da paz neste contexto, ou seja, como a religião tem sido utilizada em prol da resolução deste conflito e que importância lhe tem sido dada no contexto dos esforços da construção da paz no âmbito do conflito israelo-palestiniano. No capítulo três apresenta-se uma reflexão sobre o futuro do papel da religião na construção da paz e os seus principais desafios, assim como se identifica quais os factores determinantes para uma integração positiva da religião em processos de construção da paz. Isto é, discute-se os desafios com que o papel da religião na construção da paz se tem deparado, tendo por base a análise do estudo de caso do capítulo anterior, bem como através de que medidas se poderia melhorar o papel da religião enquanto promotora da paz. Por fim, e de modo a encerrar esta dissertação, é apresentada uma conclusão de todo o trabalho desenvolvido.

# **Capítulo 1: Revisão da literatura e quadro teórico-conceptual**

## **Introdução**

A religião tem sido identificada por vários autores como uma dimensão essencial e, no entanto, frequentemente ignorada na resolução de conflitos e construção da paz. Neste capítulo analisa-se algumas das discussões mais relevantes sobre este tema de modo a promover a compreensão do papel que a religião pode desempenhar na construção da paz. O capítulo está dividido em cinco secções, sendo que na primeira é explicada a relação que tem vindo a ser estabelecida entre a religião e a paz, e que tipo de ligação tem sido normalmente feita entre estes dois conceitos. Seguidamente aborda-se a religião nas relações internacionais, isto é, de que modo a religião tem sido integrada neste campo de estudo. Na secção posterior fala-se da religião nos estudos da paz, essencialmente que importância tem sido atribuída à religião nesta área de estudo, e analisa-se as duas interpretações distintas que têm sido atribuídas à religião neste campo, desta como elemento possivelmente apaziguador de um conflito, ou da religião como intensificadora do mesmo. Na secção que se segue aborda-se as potencialidades da religião na construção da paz, ou seja, que contributo poderá efectivamente a religião dar neste âmbito. Neste contexto discute-se em particular as dimensões da religião identificadas por Frazer e Owen, e como cada uma destas se pode potencialmente relacionar com a construção da paz. Também a teoria de Galtung acerca do potencial pacífico da religião será analisada, apresentando-se assim as duas principais lentes de análise desta dissertação. Por fim, de modo a fechar este capítulo, será importante perceber a metodologia utilizada.

## **1.1 Religião e paz**

Segundo Amaladoss (2015: 34) “todas as religiões proclamam a paz como ideal e objectivo”. No entanto, e como refere Barreto (2015: 53), a “religião, por si só e imediatamente, não pode construir a paz, a concórdia harmoniosa e a justiça”, pode sim ser um veículo nesse sentido, mas sendo sempre necessário que se procure explorar o seu potencial pacificador e a sua capacidade de atenuar um conflito. Apesar de todas as religiões terem como fim expresso a paz, no pensamento ocidental contemporâneo acaba por estar presente uma associação da mesma ao conflito. Esta ideia foi significativamente reforçada, principalmente no que diz respeito à religião muçulmana, no período pós-11 de

Setembro de 2001, tendo em conta o atentado que ocorreu ao *World Trade Centre* por via de actividade terrorista inspirada pelo fundamentalismo islâmico. Como é explicado por Silvestri e Mayall (2015: 21), desde estes ataques que o Islão é sempre central quando são feitas pesquisas sobre a relação entre religião e conflito, tanto que “[o] medo do Ocidente perante os actos de terrorismo de certos fundamentalistas islâmicos [...] leva muitos a olhar com desconfiança um Islão que desconhecem” (Stilwell, 1995: 66). Este fenómeno contribui para que haja uma dificuldade acrescida em envolver a religião em processos de construção da paz, tornando a relação entre religião, paz e conflito mais difícil de analisar, dada a carga emocional que frequentemente se encontra associada. Importa esclarecer que, quando se fala em “construção da paz”, o que se quer dizer é que há de facto um reconhecimento da importância em procurar uma reconciliação, tendo como objectivo a criação de uma "paz sustentável" naquele local (Waldman, 2009: 7).

Segundo um guia elaborado pela USAID (2009: 3), “entender a dinâmica de um conflito – tanto as fontes de discórdia quanto as forças da resiliência - requer um entendimento das conexões entre conflito, religião e construção da paz”, tornando-se necessário compreender como se influenciam umas às outras, não só para perceber as razões que levaram à discórdia, como para resolvê-la. No entanto, verifica-se que a dimensão religiosa é frequentemente desconsiderada no que diz respeito a estas matérias, e é necessário que esta questão comece a ser abordada para que de facto a religião possa ser trazida para o debate, já que só assim esta poderá contribuir para a resolução de conflitos e construção da paz. Ainda neste guia (2009: 3) é explicado que, ao se ignorar a religião num contexto de conflito, estimula-se um sentimento de resistência na população para com qualquer tipo de intervenção. Ou seja, se ao se tentar resolver um conflito não se tem em conta a parte espiritual do respectivo contexto, poderá fomentar-se um sentimento negativo na população para com a suposta ajuda.

É importante lembrar que a religião pode ter um papel activo num conflito, tendo em conta que “influencia os problemas, as partes, as estratégias, os resultados, e os intervenientes” (Abu-Nimer, 2001: 688). A própria diplomacia tradicional tem sido particularmente negligente no que diz respeito à religião e ao seu potencial pacificador. Contudo, e talvez devido ao aparente papel da religião no fenómeno do terrorismo, há esforços crescentes de autores, principalmente na área das relações internacionais e dos estudos da paz, no sentido de se teorizar com maior precisão a relação entre religião, conflito e paz.

## **1.2. A religião nas relações internacionais**

Quando se olha mais concretamente para as relações internacionais, percebe-se que, de um modo geral, a religião tem sido também uma temática ignorada. Como referem Nukhet Sandal e Jonathan Fox (2015), “é desafiador situar a religião dentro de uma disciplina predominantemente secular desde o início”. Contudo, “[a] influência da religião nas interações dos Estados é um dos grandes e menos compreendidos desafios de segurança do século XXI” (Warner & Walker, 2011: 113). Esta falta de atenção ao papel da religião nas relações internacionais pode estar relacionada com o contexto do próprio desenvolvimento da disciplina no Ocidente. No século XVII, com os Tratados de Vestefália, foi colocado um fim à religião como elemento de legitimidade estatal, sendo a mesma percebida nesse contexto como uma fonte de conflito, o que levou à noção da deseabilidade da não interferência da religião nos assuntos de cada Estado (Soares, 2012: 60). Esta exclusão da religião do domínio das relações internacionais foi apenas reforçada no contexto do Iluminismo, quando a religião passou a ser vista como uma força que contrastava com a racionalidade da época, o que potenciou que a mesma começasse a ser desconsiderada, em particular, disciplinas como a ciência política e as relações internacionais, herdeiras, em parte, deste Iluminismo, continuaram, como referido por Lynch e Schwarz (2016), a relegar a religião para o papel de um fenómeno em retrocesso perante o advento da modernidade e assim passaram a ignorar amplamente a religião na sua análise de questões políticas e internacionais. O domínio da teoria realista nas relações internacionais afastava ainda mais a religião deste campo de estudo (Soares, 2012: 60), tendo em conta que a mesma era acompanhada de uma convicção na racionalidade e objectividade que contrariava a espiritualidade que envolvia a religião.

No entanto, no passado recente, o interesse pela religião tem aumentado na área das relações internacionais, essencialmente como consequência do aumento da influência religiosa na política internacional, nomeadamente, como justificação para o conflito. Neste sentido, tem-se vindo a debater o seu papel neste campo de estudo, crescendo uma vontade de lhe dar um lugar e sentido nestas temáticas, tendo-se reforçado este interesse com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, que demonstraram “a necessidade de entender melhor como a religião influencia as relações internacionais” (Fahy & Haynes, 2018). No entanto, também situações como, a “revolução iraniana de 1979, o conflito na Irlanda do Norte ou as tensões em curso entre a Índia e o Paquistão. Líbano, Sri Lanka, Balcãs e

Médio Oriente” (Fahy & Haynes, 2018), contribuem para que cada vez mais se queira compreender o modo como a religião interfere nas relações entre os Estados. Estes fenómenos colaboram para que a religião retorne à consciência dos teóricos das relações internacionais (Hurd, 2009: 134), começando, de facto, a ganhar intensidade no meio académico, havendo cada vez mais material dedicado à religião nesta área de estudos (Kubalkova, 2013).

Algumas figuras religiosas contribuem também para este fenómeno por força do seu mediatismo, no sentido em que as mesmas têm a capacidade de persuadir decisores políticos e de impactuar a cena internacional, o que lhes dá uma importância significativa nas relações internacionais, como é possível verificar através do Papa Francisco, ou do Dalai Lama (Sandal & Fox, 2015: 1). Segundo Sampson e Nichols (1994, 2004), nas duas últimas décadas, actores que se baseavam na fé conseguiram ter um papel significativo na resolução de conflitos, o que potencia que a religião ganhe um maior destaque nesta temática. Pode ver-se inclusive, que actualmente já várias organizações têm isto em conta, procurando promover o papel dos actores religiosos no pós-conflito (Silvestri, 2015: 28), vendo os mesmos como peças fundamentais para a diminuição das hostilidades. Segundo Haynes (2007: 43), “o liberalismo reconhece a potencialidade e a importância de actores religiosos nas relações internacionais”. Esta teoria identifica na própria religião um *soft power* (Soares, 2012: 64). Haynes (2007: 43) reconhece esse *soft power* quando, por exemplo, actores religiosos procuram influenciar um determinado governo, no sentido de este ir mais ao encontro das suas crenças e respectivos valores religiosos. Segundo Aroua (2009), até nos conflitos onde não existe propriamente uma componente religiosa, os líderes religiosos podem desempenhar um papel bastante positivo e relevante na promoção e construção da paz, tornando-se cada vez mais importante estar atento ao papel destes actores.

Para Fox (2003: 59) a religião influencia as relações internacionais de três formas. Primeiro, a própria política externa vai ser influenciada pelas crenças religiosas dos políticos. Em segundo lugar, a religião é vista como uma fonte de legitimidade que pode ser utilizada no apoio, ou crítica do governo, tanto a nível local, como internacional. Por último, muitos assuntos e fenómenos religiosos, incluindo os próprios conflitos, acabam por inevitavelmente ter repercussões que extrapolam os locais de origem, chegando mesmo a tornar-se questões internacionais. Portanto, se de facto esta influência existe e altera o

panorama das relações internacionais, é necessário que se considere a religião e que se estude cada vez mais o impacto que a mesma pode ter de modo a que seja possível uma análise mais informada por parte deste campo de estudo.

Diferentes teorias têm sido usadas para analisar o papel que a religião pode ter no sistema internacional. A abordagem neorrealista acaba por ignorar, ou desvalorizar a religião, mais propriamente o impacto da mesma nas relações internacionais (Soares, 2012: 62). No realismo, e como é referido por Soares (2012: 46), denota-se que apesar de a religião ter feito parte do seu contexto, acabou por nunca ter muito destaque, ou ser alvo de algum interesse particular. No entanto, também é possível verificar uma influência religiosa no realismo e em alguns dos seus autores, como Niebuhr (Troy, 2014).

Relativamente à perspectiva liberal, é possível verificar que esta reconhece a importância da religião no contexto internacional, assim como o importante papel que os actores religiosos podem desempenhar (Soares, 2012: 46). Os valores liberais acabam por ter semelhanças com algumas normas religiosas, o que também permite que esta teoria acredite na potencialidade da religião para promover a cooperação e um entendimento pacífico num contexto de conflito (Fox & Sandler, 2004). Os construtivistas também conseguem identificar um potencial positivo na religião, reconhecendo a religião como uma espécie de guia que ajuda a orientar a sociedade, onde as suas normas vão influenciar a realidade de cada um dos seus adeptos (Silvestri, 2015: 41). Segundo esta lente de análise, o sistema internacional também é influenciado por factores sociais, como a religião, o que significa que esta poderá impactar um país de maneiras diversas, sugestionando os interesses e objectivos nas relações internacionais (Soares, 2012: 67). Pode dizer-se que o construtivismo acaba por ter um posicionamento que enfatiza a importância do papel da religião em assuntos políticos (Menchik, 2017: 578).

Depois desta análise é possível perceber que ainda são escassos os estudos que analisem a importância atribuída à religião dentro destas abordagens teóricas. Pode-se encontrar algumas frases que façam esta ligação, mas revela-se sempre pouco detalhada e pormenorizada, o que torna difícil a tarefa de compreender como estas teorias olham para o papel da religião nas relações internacionais, essencialmente no que diz respeito às dinâmicas da paz e conflito. No entanto, nos trabalhos no âmbito dos estudos da paz já é possível encontrar diversas referências à religião e àquilo que poderá ser o seu papel, como se irá verificar na secção que se segue.

### 1.3. A religião nos estudos da paz

Durante muito tempo, como refere Silvestri (2015: 13), “publicações sobre estudos de conflitos e paz, [...] tendiam a ignorar o assunto "religião"”, acontece que nos anos noventa esse paradigma alterou-se. A religião tem adquirido uma maior importância na área da ciência política e relações internacionais, como já verificado, mas tem sido na área dos estudos da paz e conflitos que se tem denotado uma maior atenção analítica ao fenómeno da religião, e ao seu papel em dinâmicas de paz e conflitos.

Podem identificar-se duas interpretações distintas neste campo, sendo que uma vê a religião como um elemento potencializador do conflito, enquanto a outra identifica na religião ferramentas que contribuem e possibilitam a construção da paz (Schwarz, 2018: 39). Na primeira interpretação, a associação da religião ao conflito tem-se revelado inevitável para muitos autores. Brahm (2005) refere que todas as religiões têm dogmas, ou seja, “verdades absolutas” que não podem ser alvo de questionamento, e na sua perspectiva isto leva a intolerâncias que vão potenciar divergências e conseqüentemente conflitos. Amaladoss (2015: 32) não acredita na inocência religiosa no que diz respeito a estas temáticas, e reconhece características existentes em todas as religiões que levam à promoção da violência. Amaladoss (2015: 33) dá alguns exemplos dentro das várias religiões para comprovar o seu argumento, como no Antigo Testamento, onde existem várias situações de conflito ou, como diz o autor, de “guerra santa”, inclusive houve o próprio fenómeno das cruzadas; no Islão temos o conceito de *jihad*, que é muito utilizado para justificar actos de violência; no hinduísmo também é possível encontrar o *Ramayana* e *Mahabharata*, narrativas de batalhas que acontecem para trazer justiça; no budismo também há bons e maus espíritos que entram em conflito. Portanto, para o autor (Amaladoss, 2015), é sempre possível encontrar justificações, dentro das escrituras religiosas, para actos de violência, ou algum tipo de incentivo nesse sentido, se houver interesse em interpretá-lo dessa forma.

No entanto, como referem Lynch e Schwarz (2016), na área dos estudos da paz também existem vários autores que procuram analisar a religião como um instrumento benéfico nos processos de paz. Acontece que, não se verifica com frequência a procura de um enfoque positivo para com a religião, apenas recentemente se tem verificado mais essa pesquisa, como se irá ver. Esta dissertação vai privilegiar essencialmente literatura onde esta

perspectiva vigora e esta análise é feita, tendo em conta o seu objectivo de perceber como se pode utilizar a religião como uma força positiva na construção da paz.

Galtung vai olhar para o potencial pacífico da religião, o autor (2012) acredita na capacidade que esta tem para promover um conjunto de ferramentas que vão permitir a promoção da paz. A comunidade internacional vai procurar obter essencialmente um clima de paz quando surge uma situação de conflito, fazendo por isso todo o sentido que a religião seja utilizada como contributo para esse fim, não se devendo descredibilizar e desvalorizar o seu papel. Stückelberger (2012) refere que excluir a religião não vai resolver nenhum problema, mas sim, adiá-lo, e é com base neste pensamento que este trabalho é fundamentado.

De acordo com Silvestri (2015: 28), os valores religiosos, os seus líderes e organizações deste âmbito têm um grande potencial para promover a paz. Por exemplo, tanto no Iémen como na Somália, muitos líderes religiosos acabam por desempenhar um papel fundamental nos conflitos, essencialmente como mediadores, chegando mesmo a substituir aquilo que deveria ser o papel dos tribunais (Mantzikos, 2008). No entanto, e segundo Stückelberger (2012), esse mesmo potencial ainda não foi suficientemente explorado nos estudos da paz, o que dificulta que se trabalhe concretamente nesse sentido, ou seja, a falta de investigação académica vai dificultar a prática, é preciso que haja uma maior preocupação no que diz respeito à interacção entre religião e construção da paz (Røislien & Harpviken, 2008: 370) para que se comecem a aplicar conhecimentos. Ainda que alguns académicos já tenham desenvolvido “modelos de actividades específicas para promover a força positiva da religião” (Silvestri, 2015: 43), a verdade é que ainda não há uma promoção significativa das potencialidades que a mesma pode ter na resolução de conflitos e construção da paz. Essas potencialidades também acabam por ser pouco estudadas pelos académicos devido à tendência que existe para ver a religião como uma força que vai apenas contribuir para o conflito (Røislien & Harpviken, 2005: 7). A proliferação da visão exclusivista da religião como uma fonte de conflito, acaba por se revelar castradora, impedindo que se identifique o seu potencial pacificador. Um estudo realizado pelo *Institute for Economics and Peace*, em 2014, verificou que sociedades menos religiosas não têm obrigatoriamente níveis de pacificidade mais altos e que, na verdade a religião, ou a falta dela, acaba por não ter tanta correlação com os níveis de paz, como se poderia pensar.



Para Abu-Nimer (2001: 686) a religião acaba por integrar os valores culturais, fazendo parte da identidade da população, podendo neste sentido ser um canalizador para motivar as pessoas a entrarem em conflitos, mas pode, pelo contrário, estimular também a reconciliação. *Babri Masjid*, na Índia, é percebido como um lugar sagrado tanto para hindus como para muçulmanos, sendo por isso foco de algumas disputas e situações de violência. Quando temos situações destas em locais sagrados é necessário que as tentativas de resolução dos conflitos envolvam as narrativas religiosas que imperam no local, caso contrário não será possível resolver eficazmente a situação, como é explicado por Frazer e Owen (2018: 51). É importante compreender que a religião não é obrigatoriamente sinónimo de conflito, pode sim contribuir para potencializar situações de hostilidade, mas não deverá ser vista apenas por esse prisma, tendo em conta que isso só vai obscurecer toda a sua potencialidade no âmbito da paz. É, portanto, necessário que os estudos da paz comecem cada vez mais a olhar para a religião segundo uma perspectiva que privilegie o seu potencial pacífico, e não o contrário, de modo a que seja possível intensificar o seu papel no que diz respeito à resolução de conflitos e construção da paz.

#### **1.4. As potencialidades da religião na construção da paz**

Depois de se compreender como a religião é vista nos estudos da paz, é importante perceber, seguidamente, o contributo concreto que a mesma poderá ter nestas questões, ou seja, quais são realmente as suas potencialidades. Alguns dos aspectos centrais das religiões são directamente relevantes na construção da paz (Røislien & Harpviken, 2005: 18). Por exemplo, os valores religiosos poderão ter, em qualquer sociedade, uma grande aptidão para promover ideias de paz (Silvestri, 2015: 28), tornando-se necessário perceber como se pode dar uso a essas faculdades, fazendo delas uma mais-valia. Vendley e Little (1994 *apud* Bouta et al., 2005) argumentam que ao se compreender como funciona a religião de uma determinada comunidade - ideias e fundamentos – é possível entender o potencial de construção da paz daquele local, o que poderá permitir que se identifique mais facilmente o melhor método a utilizar para pacificar aquela região.

Para além disso, a religião vai trazer ao processo de construção da paz valores sociais, morais e espirituais (Abu-Nimer, 2001: 686), o que é bastante positivo quando se quer fazer este tipo de intervenção. Na visão de Røislien e Harpviken (2008: 361) a envolvimento da religião vai criar oportunidades para que grupos em conflito possam mais facilmente

discutir algumas ideias do foro teológico que são para si fundamentais. A partir do momento em que isto se perpetua e se ouve o outro é possível criar uma compreensão diferente entre grupos distintos. Para além disso, “[s]e todos os grupos religiosos em conflito têm identidades baseadas na fé, a religião tem o potencial de destacar valores comuns entre as partes em conflito” (Røislien & Harpviken, 2008: 364). Portanto, é possível dizer que a religião pode ter uma capacidade aglutinadora, característica que poderá ser bastante relevante e fundamental quando se está perante um cenário de conflito, tendo em conta que, mesmo quando os processos de paz não são eficazes, a religião poderá ter a capacidade de contribuir de uma forma positiva, já que permite solidificar um sentimento de confiança entre os grupos em causa. A religião tem também a potencialidade de “providenciar recursos emocionais, psicológicos e espirituais para curar traumas e injúrias” (Bouta et al., 2005: 36), o que é extremamente benéfico quando se está perante um cenário de conflito ainda que, para aproveitar o seu potencial pacífico é preciso que a mesma seja compreendida, no sentido de se perceber como esta se manifesta numa comunidade e como se pode trabalhar com ela de modo a contribuir efectivamente para a promoção da paz.

Para Frazer e Owen (2018) a religião pode desempenhar cinco dimensões diferentes num contexto de conflito e construção da paz: 1) religião como um conjunto de ideias; 2) religião como uma comunidade; 3) religião como uma instituição; 4) religião como símbolos e práticas; 5) religião como espiritualidade. Através daquilo que é demonstrado por Frazer e Owen, segue-se a explicação destas dimensões e de como cada uma pode ser uma fonte de conflito, ou uma fonte de paz.

A primeira dimensão refere-se aos ensinamentos que a religião promove para se entender e actuar no mundo, mais especificamente, a religião vai, de certo modo, “formatar” como os actores do conflito pensam e agem (Frazer & Owen, 2018). A não-violência e o respeito é um bom exemplo da capacidade positiva desta dimensão, como os budistas tibetanos que “basearam-se na sua crença da não-violência para manter uma campanha de resistência passiva contra a anexação chinesa do Tibete” (Frazer & Owen, 2018: 79). No entanto, como Frazer e Owen (2018: 10) explicam, o lado negativo desta dimensão é possível de verificar quando, por exemplo, numa discórdia que aconteceu nos Estados Unidos, devido à temática do aborto, houve um conjunto de pessoas, do lado pró-vida, que justificando a sua posição por via de crenças religiosas, perpetuaram violência para com activistas pró-

escolha e clínicas de aborto. Verifica-se assim que é possível utilizar ideias religiosas para difundir atitudes positivas e benéficas, seja em termos individuais, ou mesmo para a vida em sociedade. Mas é também possível aproveitar outras crenças, ou ideias para promover situações menos positivas e até violentas.

Na dimensão da religião como uma comunidade, fala-se da sensação de pertença, onde se gera uma identidade de grupo que tem por base características comuns, como a religião (Frazer & Owen, 2018: 9). Em termos de construção da paz, esta dimensão vai permitir que se influenciem diversas pessoas de dissemelhantes níveis sociais, tornando possível conectar indivíduos aparentemente diferentes, mas que têm em comum a sua fé, podendo utilizar a religião como um factor de união (Frazer & Owen, 2018). Em 1978, quando se sucedeu o conflito Beagle entre o Chile e a Argentina, tendo em conta que ambos os países eram católicos foi possível a intervenção do papa João Paulo II que acabou por mediar esta situação (Frazer & Owen, 2018: 10). Este actor religioso foi essencial no sentido em que, tinha a capacidade de influenciar ambas as partes, sendo também neutral em relação ao conflito (Greenberg et al., 2000: 317). Dentro desta dimensão é possível acontecer também uma enfatização de uma determinada identidade religiosa que pode contribuir para estimular discórdia, como é o caso do conflito que se iniciou em 2012 na República Centro Africana, onde a existência de duas identidades religiosas distintas, cristãos e muçulmanos, criou uma situação de violência (Frazer e Owen, 2018: 9,10). Ou seja, é possível fomentar a união entre pessoas tendo por base a religião, mas também pode acontecer a percepção de uma comunidade distinta enfatizada pela existência de uma religião diferente, o que poderá contribuir para gerar um conflito.

Já na terceira dimensão, está-se a pensar na estrutura formal religiosa, hierarquias, organizações, e líderes, sendo que dentro da mesma religião isto pode variar (Frazer & Owen, 2018: 9). Em termos de construção da paz, esta dimensão vai tornar possível a criação de uma rede de contactos que irão potenciar a cooperação. Um exemplo disso é visível na comunidade cristã de Santo Egídio, “cujo seu apoio tornou os esforços de *peacebuilding* mais eficazes” (Frazer & Owen, 2018: 79), como foi o caso da guerra civil em Moçambique, onde esta comunidade, respeitada pelas partes beligerantes, enviou várias ajudas, auxiliando os mais desfavorecidos, e também coordenou projectos para desenvolver a agricultura e a indústria têxtil do país (Bolinhas, 2005: 4-7). Desta forma é possível confirmar que de facto a estrutura religiosa, neste caso em concreto uma

comunidade cristã, pode contribuir para a construção da paz. Também acontece que a esta estrutura acaba por estar subjacente um sistema de regras e papéis distintos, onde se inserem actores políticos, o que juntamente com a diferença de interesses pode estimular o conflito (Frazer & Owen, 2018: 9). Para exemplificar esta questão, Frazer e Owen (2018: 10) utilizam o exemplo do budismo *sangha* que se manifesta na Tailândia, onde devido à estrutura patriarcal desta religião, as mulheres acabam por não ter os mesmos direitos que os homens, no sentido em que não lhes é reconhecida autoridade e também não podem ser monges. Naturalmente que esta situação pode ser motivadora de desentendimentos e possíveis conflitos.

Na quarta dimensão, religião como um conjunto de símbolos e práticas, fala-se de rituais, cultos, cerimónias, vestimentas e até monumentos, ou seja, a parte visível da religião. Estas manifestações religiosas podem ajudar a aproximar as pessoas, e a introdução destes símbolos e práticas num determinado contexto poderá permitir “dar um significado sagrado a acções, causas e pessoas” (Frazer & Owen, 2018: 9,45). No Sudão, de forma a resolver os conflitos tribais, foram feitas algumas danças, rituais relacionados com a refeição, assim como limpezas simbólicas do corpo e do espírito, inclusive um chefe atirou alguma água para os pés dos participantes para simbolizar um “resfriamento” do conflito e o início de uma jornada em direcção à paz (Little, 2007: 203). Como é dito por Frazer e Owen (2018: 80), este tipo de rituais permitiu uma melhoria na “intermediação de acordos de paz entre as tribos *Nuer* e *Dinka* no Sudão”. No entanto, estas manifestações religiosas também podem ajudar a criar situações de tensão, ou estimular o conflito, sendo que isto facilmente acontece se houver algum acto de desrespeito para com locais sagrados, ou limitações em relação a este tipo de práticas, como em França, onde a proibição da utilização do véu em contexto público causou algum enfurecimento por parte da comunidade muçulmana, já que este é para esta comunidade um símbolo religioso de toda a importância (Frazer & Owen, 2018: 43,55). Estas manifestações religiosas podem servir como factor de união, mas quando desrespeitadas poderão vir a estimular o conflito.

Por último, há a quinta dimensão, que talvez seja a mais complexa de compreender perante uma abordagem secular. Refere-se à religião como espiritualidade, isto é, aquilo que a religião faz os seus seguidores sentirem, e o que os inspira a fazer. É importante compreender esta dimensão, já que muitos actores explicam as suas posições, ou acções em “termos espirituais” (Frazer & Owen, 2018: 55). O Dalai Lama é um exemplo de como esta dimensão pode influenciar positivamente a construção da paz, já que “frequentemente

refere as suas experiências religiosas como inspiração para o seu trabalho humanitário e de paz” (Frazer & Owen, 2018: 80.), tendo sido inclusivamente o vencedor do prémio nobel da paz em 1989. No entanto, também é possível que estas experiências de religiosidade sentidas por algumas pessoas sejam utilizadas para justificar actos violentos (Frazer & Owen, 2018: 10), podendo assim esta espiritualidade servir para promover boas acções, ou servir como argumento para provocar situações problemáticas.

A utilização destas cinco dimensões da religião e do seu papel na construção da paz propostas por Frazer e Owen providenciam um enquadramento teórico-conceitual particularmente interessante para orientar uma análise mais específica e menos permeável ao erro do papel da religião em processos de construção da paz específicos. Consequentemente estas dimensões vão ser o ponto de partida e lente de análise para esta investigação, sendo desta forma mais fácil definir e identificar o rumo que deve ser tomado na utilização da religião na construção da paz. No entanto, tendo em conta as características particulares do estudo de caso, o conflito israelo-palestiniano, apenas três dimensões propostas por Frazer e Owen, suficientes para servir de exemplo, serão usadas para orientar a análise. Como será discutido em maior detalhe na secção 1.5 deste capítulo, estas três dimensões revelam-se particularmente adequadas para o contexto israelo-palestiniano, tendo em conta que é notória a sua presença e importância no conflito. Orientada por estas três dimensões como lente de análise, esta investigação revela quais os factores a considerar no recurso à religião como um instrumento de construção da paz no conflito israelo-palestiniano. As dimensões que vão ser privilegiadas são: a religião como instituição, a religião como símbolos e práticas e a religião como comunidade. Mais concretamente, a importância dos líderes e personalidades religiosas para a comunidade israelita e palestina; a questão dos lugares sagrados, essencialmente em Jerusalém, que são tantas vezes palco de motins e justificação para novos distúrbios; e por fim, a importância da identificação religiosa das comunidades israelita e palestina, as quais, ao se percepcionarem como duas comunidades completamente distintas, com religiões divergentes e antagónicas, acabam por estimular desmedidamente este conflito. A utilização destas dimensões permitirá uma análise mais focada e rigorosa do papel da religião no contexto deste conflito, sendo a principal lente de análise desta dissertação.

Grad (2014: 63) enfatiza três questões que é preciso ter sempre em consideração quando se fala da relação entre religião, pós-conflito e construção da paz:

Crenças religiosas podem tornar-se componentes essenciais num processo de paz; actores religiosos podem facilitar processos de paz; actores religiosos têm um papel extremamente importante no que diz respeito à sociedade civil. (Grad, 2014: 63)

De facto, estas constatações demonstram que a religião pode ter sempre a sua importância nestes contextos, ainda que seja necessário ter em consideração que as religiões são diferentes, assim como as sociedades que vivem sob culturas distintas, logo, ainda que estas três ideias possam ser de facto verdade, elas vão-se manifestar de diferentes formas consoante o contexto em que se inserem. Por exemplo, o mesmo autor (Grad, 2014) refere que os programas de construção da paz devem ter em atenção a concepção de paz do local onde pretendem actuar, e obviamente que essa mesma ideia é influenciada pela religião que vigora naquele local. Galtung (2004) também defende que cada religião tem um potencial distinto de promover a paz, o que faz com que numa situação de resolução de conflito seja necessário ter em conta que religião está em causa para que se possa adaptar a abordagem a essa realidade, e ao se entender a religião dessa comunidade vai-se igualmente compreender melhor o potencial, naquele local, para a construção da paz (Vendley & Little, 1994 *apud* Bouta et al., 2005).

Uma questão fundamental que importa falar quando se aborda o potencial da religião em contextos de conflito e construção da paz, tem a ver com a importância em se promover o diálogo inter-religioso. Galtung (2014) desenvolveu uma teoria sobre o potencial da paz das religiões, acreditando que este pode ser promovido. O autor (Galtung, 2014) identifica os factores que intensificam a capacidade que cada religião tem para manter a paz e também para conseguir construí-la. Um elemento central desta teoria reside no facto de Galtung utilizá-la para justificar a necessidade de haver mais diálogo inter-religioso, podendo-se assim promover realmente o potencial pacífico de cada religião (Galtung, 1997 *apud* Silvestri, 2015: 20). Este diálogo vai contribuir para fomentar a aceitação da diferença, do outro, procurando atenuar a dicotomia do “nós e eles”, sendo urgente que o mesmo seja praticado e promovido.

Esta teoria de Galtung acaba por ser relevante para a análise que esta dissertação pretende. Para entender o potencial pacífico de cada religião, o autor (1997/98) analisa como cada religião “condena ou rejeita a violência” e para fazer esta interpretação vai olhar para as religiões utilizando os conceitos de violência directa e violência estrutural. Para perceber a distinção destes dois conceitos, será necessário olhar para um outro artigo onde o autor

(1990) os explica, ainda sem estarem associados à religião. Por violência directa, Galtung refere-se a situações que ameaçam a própria vida, ou atentam às necessidades humanas básicas. Já a violência estrutural é, como o próprio autor (Galtung, 2015) explica, uma espécie de “injustiça social”, sendo uma violência que não é tão facilmente perceptível como a directa, onde grupos não têm o mesmo acesso a determinados bens, o que vai dificultar o cumprimento das suas necessidades humanas. Introduzindo agora estes conceitos na religião, para o autor (1997) o hinduísmo, através do seu sistema de castas, acaba por reproduzir uma forma de violência estrutural. Este sistema de castas presente na religião acaba por dividir socialmente a sociedade hindu. Já em relação à violência directa, para Galtung (1997) a ideia de “povo escolhido”, presente em algumas religiões, é um exemplo do que pode motivar este tipo de violência. Para complementar esta classificação, Galtung (1997) também identifica em cada religião elementos mais “duros” (menos brandos) e elementos “suaves” (mais brandos), sendo que na sua óptica (2012: 255) uma religião não pode ser classificada como totalmente promotora da paz, ou somente promotora da violência; todas as religiões têm sempre cada uma destas características. Para além disso, é também fundamental ter em conta o nicho específico dentro dessa religião que está a ser analisado, já que haverá sempre diferentes “versões, leituras e interpretações”, podendo estas, também ser classificadas como *hard* (duras) ou *soft* (brandas). Galtung (2012) explica que considera as religiões monoteístas mais “duras” e as politeístas mais “brandas”, isto porque o monoteísmo “torna-se problemático ao excluir o próprio acto de escolher, já que só há um [Deus]”.

Estas percepções acabam por ser essenciais quando se lida com conflitos que envolvem questões religiosas, ou actores religiosos. É preciso que se conheça o que cada religião promove, ou tem a capacidade de promover, e saber como utilizar isso quando se tenta resolver um conflito e implementar a paz. Portanto, através do conhecimento das cinco dimensões de Frazer e Owen será possível ter a capacidade de perceber todas as maneiras possíveis que a religião tem de influenciar conflitos e a própria construção da paz, e com a teoria de Galtung é exequível compreender o potencial pacífico de cada religião. Através destas lentes de análise, irá ser perceptível como utilizar a religião como instrumento para a promoção da paz, já que esta pode ser um válido instrumento quando se está perante um cenário de conflito com fortes raízes religiosas. Por exemplo, se temos um conflito em que uma das religiões presentes é o budismo tibetano, ao olharmos para a mesma através da segunda dimensão de Frazer e Owen (a religião como uma instituição), podemos perceber

que uma das principais figuras para os seus membros é Dalai Lama. Neste sentido seria uma mais-valia incluir este líder nos processos de paz, já que assim seria possível obter uma maior legitimidade para com a população em questão, que ficaria mais receptiva à aceitação do processo. No entanto, através de Galtung também compreendemos que o budismo (na sua essência) rejeita as formas de violência enumeradas por este autor, sendo uma das ideologias budistas – e aqui também poder-se-á pensar novamente na dimensão “religião como um conjunto de ideias” – a “não-violência” (*ahimsa*) e a “não possessão” (Galtung 1997/98), o que dá a esta religião elevado potencial pacífico. Estas doutrinas poderão desempenhar um papel extremamente importante num processo de paz, desde que se saiba utilizá-las como ferramentas para estimular a sua eficácia. Conhecer estas posições, que já estão presentes na própria religião, e aprender a trabalhá-las consoante os objectivos, aumentará naturalmente a possibilidade de sucesso. Portanto, através da utilização da proposta de Frazer e Owen (2018: 8) será possível conhecer com mais detalhe o papel que a religião pode desempenhar nestes contextos, e as ideias de Galtung (1997/98) vão permitir saber que tipo de religião está em causa e o que cada uma pode promover em termos de paz e violência, sendo que “declarações gerais a favor da paz não são o suficiente”, ou seja, aquilo que importa é o que é feito concretamente em relação à violência, que pode mesmo ser estimulada de uma forma indirecta, basta olhar para a dimensão “religião como comunidade”, e pensar que algumas identidades religiosas podem contribuir para enfatizar as diferenças entre sociedades, incentivando a violência, como acontece no conflito israelo-palestiniano. Depois de analisar o seu potencial pacífico poder-se-á interpretar as religiões em questão tendo em conta as dimensões de Frazer e Owen. Cada uma, consoante o local em que se insere e as suas especificidades, vai manifestar-se de diferentes formas, sendo este tipo de averiguação que será importante fazer no estudo de caso.

Após esta análise percebe-se como a inserção da religião na construção da paz poderá ser benéfica, revelando-se agora importante perceber qual a metodologia que envolveu esta dissertação.

## **1.5. Metodologia**

Relativamente à lente de análise que suporta esta dissertação importa perceber que ao se inserir a religião num processo de paz revela-se importante considerar todas as cinco



dimensões que Frazer e Owen apresentam, o que naturalmente vai permitir uma análise mais completa e abrangente. No entanto, para esta dissertação, julgou-se que seria suficiente ter apenas em conta três dessas dimensões, o que permitirá uma análise mais afunilada e aprofundada a cada uma delas, ao passo que, se fossem utilizadas todas as cinco dimensões, cada uma acabaria por sofrer uma investigação mais superficial. Com esta estratégia será possível perceber melhor o impacto destas três dimensões no conflito e de como importa serem tidas em conta. A escolha destas três dimensões em particular teve a ver com a sua relevância relativamente ao contexto do conflito em questão, sendo as que mais se manifestam e são visíveis no conflito israelo-palestiniano.

Primeiramente, a dimensão “religião como símbolos e práticas” revela-se fundamental neste conflito, essencialmente porque esta região comporta diversos locais e monumentos aos quais é atribuído um significado sagrado, sendo vistos como manifestações físicas de algo divino. Verifica-se que muitos destes lugares e edifícios têm um valor sagrado, gerando-se por isso muitas disputas que vão estimular o próprio conflito. Já a “religião como instituição” é uma dimensão importante neste contexto tendo em conta toda a estrutura e instituições religiosas presentes com uma grande influência, que contêm “poder de mobilização e podem fornecer um apoio importante aos processos de paz” (Frazer & Owen, 2018: 10). Como o conflito israelo-palestiniano desenvolve-se num contexto profundamente religioso, esta dimensão acaba por ser ainda mais evidente, como se verá melhor no próximo capítulo. Para além disso, numa sociedade religiosa os actores e instituições religiosas acabam por ter um grande impacto na vida das pessoas, sendo-lhes atribuída pela população uma grande legitimidade. Por fim, a dimensão “religião como comunidade” é muito significativa neste caso, tendo em conta que a percepção que a população tem, de existirem duas comunidades distintas, estimula indiscutivelmente este conflito. Verifica-se que ser árabe acaba por ser um elemento aglutinador, que cria uma união, havendo um sentimento de identidade comum que está ligado à ideia de a quem pertence o território (Resende & Rossignoli, 2015: 90). Por outro lado, também o próprio movimento sionista, que acredita que os judeus constituem uma nação (Beinin & Hajjar, n.d.: 2), comporta um sentimento de comunidade. Ou seja, está-se perante uma dualidade identitária que gera a percepção de duas comunidades diferentes.

As outras duas dimensões que não foram incluídas para a elaboração desta dissertação, apesar de também relevantes, não se revelam tão significativas como as seleccionadas,

tendo em conta o próprio conflito israelo-palestiniano. Pode dizer-se que a escolha destas três dimensões permitiu que a investigação fosse mais afunilada, acabando por haver uma melhor orientação em relação à literatura, assim como uma melhor triagem da literatura a ser considerada, procurando-se aquela que melhor expressa uma perspectiva do conflito, e do papel da religião no seu contexto, passível de ser analisada à luz das três dimensões de Frazer e Owen.

Estas dimensões vão ser analisadas em alguns processos de paz por via da análise do discurso. Desta forma ter-se-á uma “análise social crítica com um enfoque particular no discurso e nas relações entre o discurso e outros elementos sociais” (Fairclough, 2013: 178), como o poder. Importa perceber que o discurso ajuda a construir a realidade dos actores sociais, revelando-se assim fundamental a sua análise. Os processos que vão ser privilegiados para esta investigação, serão os Acordos de Oslo e o Processo de Alexandria. Os Acordos de Oslo devido à sua importância e esperança que lhes foi depositada previamente, e o Processo de Alexandria por ser uma iniciativa proveniente de líderes religiosos. Vai-se verificar qual a visão que estes documentos têm do conflito e da própria construção da paz através do discurso presente, procurando-se se há uma consideração significativa das dimensões da religião identificadas por Frazer e Owen. Para encontrar as dimensões nos processos foram tidas em conta algumas palavras-chave, que facilitaram a pesquisa para esta investigação, como: “comunidade”; “instituição” ou “instituições” religiosas; “monumentos”, ou “locais sagrados”; “práticas religiosas”; “identidade”. Desta forma é possível fazer uma selecção mais eficaz a nível destes processos, tendo em conta aquilo que é a lente de análise desta investigação.

Relativamente à escolha do conflito israelo-palestiniano como estudo de caso, é possível dizer que, se deveu ao facto de, neste contexto, a religião desempenhar um papel fundamental (Frisch & Sandler, 2004: 78). A identidade religiosa acaba por ter um grande impacto naquela região (Abu-Nimer, 2004: 492), tanto que este conflito é muitas vezes identificado como um “conflito religioso” (Khader, 2016: 81). Acontece que o factor religioso que o envolve acaba por contribuir para a complexidade do conflito. No entanto, apesar da importância que a religião representa neste conflito, a mesma tem sido ignorada nas tentativas de instaurar a paz que se têm sucedido ao longo dos anos. Por estas razões, e comparativamente a outros conflitos, é possível encontrar mais literatura que conjugue especificamente o conflito israelo-palestiniano com a questão religiosa. Tendo tudo isto em

conta considerou-se que o conflito israelo-palestiniano seria um estudo de caso bastante relevante, tendo em conta a temática desta dissertação.

## **Conclusão**

Cada vez mais se assiste a conflitos que são justificados com questões religiosas, logo, ao se tentar resolvê-los, olhar para a religião torna-se fundamental. A verdade é que, na prática, verifica-se que a religião ainda é pouco tida em conta, ou que, muitas vezes, a falta de conhecimento nesse campo não permita que actores envolvidos nos processos de paz tenham a capacidade de utilizar a religião a seu favor, isto é, como uma força positiva no processo de construção da paz. Frazer e Owen (2018) exemplificam com o processo de paz de Oslo (que será visto com mais detalhe no próximo capítulo), onde se subestimou, no contexto do conflito israelo-palestiniano, a importância do papel de actores religiosos, como o Hamas. Este processo de paz acabou por demonstrar que quando se está perante um contexto religioso e se procura implementar a construção da paz fazendo apenas uso de determinadas prescrições (como políticas, militares e económicas), não atribuindo importância a questões como a religião, não é possível que se concretize o seu sucesso (Landau, 2003: 5).

Nos conflitos em que existem estas divergências religiosas é fundamental que as mesmas sejam trabalhadas para que a situação melhore e haja uma pacificação destas tensões. Portanto, o que se acaba por perceber é que, ainda que já exista alguma literatura que dá ênfase ao papel da religião neste campo, reconhecendo mesmo as suas potencialidades, na prática a mesma ainda é muito pouco explorada, sendo mesmo ignorada, desperdiçando-se todo o seu possível potencial analisado em cima. Fox (2003: 125) explica que as questões religiosas são importantes num determinado contexto, interferindo com a dinâmica do conflito, logo é necessário que as mesmas sejam tidas em conta na sua resolução, e não deixadas de lado.

Em suma, é necessário que a religião seja cada vez mais explorada nos estudos da paz e conflitos, para que, conseqüentemente possa nascer uma consciência colectiva de que esta pode ser uma ferramenta indispensável num qualquer processo de paz, podendo revelar-se um contributo decisivo, principalmente se o conflito sucede-se numa zona onde vigora uma grande religiosidade. A teoria do potencial da paz de Galtung e principalmente as três dimensões de Frazer e Owen, constituem o enquadramento teórico-conceptual desta

dissertação, sendo uma lente de análise que informa agora a análise do estudo de caso, o conflito israelo-palestiniano.

## Capítulo 2: Religião e construção da paz no conflito israelo-palestiniano

### Introdução

A fé na zona do Médio Oriente desempenha um papel fundamental, tanto que ao analisarmos esta região é quase que inevitável abordar a religião (Khader, 2016: 81). Quando se pensa no conflito israelo-palestiniano tem-se sempre presente a referência de um confronto que envolve religiões distintas, Judaísmo, Islamismo e Cristianismo, crenças estas que acabam por influenciar todo este contexto. Como refere Abu-Nimer (2004: 495), estes indivíduos utilizam a “identidade religiosa para justificar direitos exclusivos sobre a Terra de Israel ou da Palestina”. No entanto, não se pode dizer que este conflito é puramente religioso, assim como não se pode negar que a religião desempenha aqui um papel importante. É possível identificar-se a mesma como promotora da violência quando se analisa esta conjuntura, mas será que pode também desempenhar um papel importante na promoção da paz? Para perceber isto, vai-se, neste capítulo, ver como a religião influencia, ou pode influenciar, este conflito, começando por analisar os seus **antecedentes históricos**, como começou e se desenvolveu, explicando também dois processos de paz, o Processo de Alexandria e os Acordos de Oslo. Neste capítulo vão ser tidos em conta essencialmente estes dois acordos, pela sua diferença. Seguidamente olha-se para a importância da **religião no conflito**, e de que forma é que a mesma se manifesta neste contexto, fazendo também uso do quadro teórico, através de Galtung, para que se compreenda o potencial pacífico das religiões envolvidas. Depois disso, aborda-se as **iniciativas de construção da paz**, essencialmente, como já referido, o Processo de Alexandria, e os Acordos de Oslo, sob a perspectiva das dimensões apresentadas por Frazer e Owen.

### 2.1. Antecedentes históricos do conflito israelo-palestiniano

Tantos judeus como palestinianos reivindicam, com base no seu passado, o mesmo território (Harms & Ferry, 2008: 22), a antiga região de Canaã, onde vivia o povo cananeu do qual descendem os palestinianos. Acontece que na idade do bronze os israelitas, que eram nómadas, entraram nesta região e acabaram por permanecer ali (Harms & Ferry, 2008: 10). Os israelitas começaram por governar uma parte de Canaã, e os cananeus não

israelitas persistiam, tendo formado vários reinos (Harms & Ferry, 2008: 11,12), mas tanto judeus como palestinianos acabam por ser descendentes dos cananitas e por um longo período de tempo ambos os povos conseguiram viver em relativa paz (Harms & Ferry, 2008: 21,22).

Foi a administração do Império Persa que marcou o fim da cultura cananita (Harms & Ferry, 2008: 16) e o Império Judaico, que se formou neste território, acabou por ser destruído posteriormente pelos romanos (Beinin & Hajjar, n.d.: 1), iniciando-se assim a diáspora judaica, onde o povo judeu começou-se a dispersar, chegando até à Europa (Harms & Ferry, 2008: 19).

Já no séc. XIX, no contexto do surgimento do nacionalismo na Europa (Harms & Ferry, 2008: 47), também se desenvolveu o sionismo, fundado pelo jornalista Theodor Herzl, que acabou por ser um movimento político que surgiu para Herzl por este ter presenciado em 1894 uma forte presença de anti-semitismo na Europa (Klintowitz, 2020: 7,13). Por anti-semitismo entenda-se o ódio religioso e racista que surgiu para com o povo judeu (Harms & Ferry, 2008: 48). O sionismo é o movimento político que defende a autodeterminação do povo judeu e o seu direito à posse de um Estado, com a crença de que a Palestina deveria ser o seu território (Resende & Rossignoli, 2015: 88). Há também autores que associam o nascimento deste movimento ao início do conflito israelo-palestiniano, portanto à década de 1890 (Resende & Rossignoli, 2015: 88). Como refere Shlaim (2000: 549) “[a] “santidade da terra” tornou-se um “princípio central do sionismo religioso”. Os judeus reivindicaram aquele território tendo em conta o anti-semitismo Europeu e também com base nos escritos bíblicos, já que teria sido na zona da Palestina o antigo Império Judaico de Israel, que fora, como já referido, destruído pelos romanos (Beinin & Hajjar: 1). Acontece que os árabes sempre argumentaram que já se encontravam naquelas terras há vários anos e tendo em conta as justificações religiosas judaicas, consideravam legítimo alegar também que “Abraão, filho de Ismael, é antepassado dos árabes, então a promessa de Deus em dar a terra aos filhos de Abraão também inclui os árabes” (Beinin e Hajjar, 2014: 1), o que acaba por tornar esta terra sagrada para ambos.

Movidos pelo desejo de terem o seu próprio território, os judeus procuraram o apoio da potência que estava na altura presente na Palestina, o Reino Unido (Resende & Rossignoli, 2015: 88), sendo que em Novembro de 1917 surgiu a Declaração Balfour, onde os Britânicos expressaram o seu apoio ao estabelecimento de uma pátria para o povo judeu na Palestina. Na Declaração Balfour pode ler-se: “O governo de Sua Majestade vê como

favorável o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e fará tudo o que é possível para facilitar a consecução desse objectivo”. No entanto, logo a seguir está escrito: “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-júdas existentes na Palestina” (The Balfour Declaration, 1917). Gresh (2002: 12) tendo isto em conta, questiona se seria realmente possível criar um Estado judeu na Palestina sem prejudicar a população árabe. A verdade é que de facto os Britânicos apoiaram o movimento sionista, não só ideologicamente, como materialmente, acabando por surgir uma migração em massa de judeus para a Palestina (Makdisi, 2018: 4).

Entretanto, em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma proposta que ditava a divisão da Palestina em dois Estados, sendo que um seria árabe, e outro judeu (Silva & Philippini, 2017: 173), ficando, no entanto, a cidade de Jerusalém como uma zona internacional (Beinin & Hajjar, 2014: 4). Acontece que este plano não foi bem aceite pelos árabes (Silva & Philippini, 2017: 173), que não assentiam em perder aquilo que consideravam ser o seu território.

Em 1948 ocorreu a guerra israelo-árabe, que levou a que o espaço que era conhecido por Palestina acabasse por ser dividido em três partes: Faixa de Gaza, Cisjordânia e o Estado de Israel (Beinin & Hajjar, n.d.: 1). Entretanto, no ano de 1964 foi criada a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que actualmente acaba por representar este povo, sendo a linha da frente do movimento nacional palestino, lutando pela independência do Estado da Palestina, assim como por ter Jerusalém Oriental como sua capital (State of Palestine Mission to the United Nations, n.d.).

Mais tarde, em 1967, Israel alargou as suas fronteiras através da vitória conseguida na Guerra dos Seis Dias, onde conquistou várias regiões, como a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Península do Sinai e as Colinas de Golã, conseguindo desta forma triplicar o seu tamanho (Harms & Ferry, 2008: 111). Tudo isto acabou por fazer surgir um conjunto de ataques advindos do lado palestino (Silva & Philippini, 2017: 174), onde alguns grupos perpetuaram actos violentos, utilizando a religião como meio legitimador deste tipo de acções, como é o caso do Hamas e do Movimento Jihad Islâmico (Silvestri & Mayall, 2015: 47). O Hamas é um grupo que defende a lealdade a Allah, e o Islão como estilo de vida. Na sua óptica, ao não se seguir o Islão a guerra irá sempre permanecer, pois apenas “sob a ala do Islão os seguidores de todas as religiões podem coexistir em segurança” (Carta do Hamas, 1988 *apud* Harms & Ferry, 2008: 146). Já o Movimento Jihad Islâmico tem como *slogan* “Islão como base, Jihad como meio, e a libertação da Palestina como

propósito” (Movimento Jihad Islâmico *apud* Dot-Pouillard & Rébillard, 2013). Portanto, ambos os grupos acabam por ter a religião como mote, o que permitiu atrair vários adeptos. O nascimento do grupo Hamas aconteceu em 1987 (Berry & Philo, 2006: 87), durante o acontecimento da primeira Intifada, também conhecida como “a revolta das pedras”, onde vários jovens palestinos tentaram enfrentar a ocupação israelita, através de greves, manifestações e do boicote a produtos israelitas (Gresh, 2002: 47), tendo uma duração de cerca de seis anos (Berry & Philo, 2006: 82). Em Setembro do ano 2000 deu-se a segunda Intifada, não havendo um consenso em relação à razão do seu surgimento (Berry & Philo, 2006: 114).

Ao longo de todos estes anos pode dizer-se que os Palestinos resistiram sempre, e que por todo o Médio Oriente havia uma solidariedade para com este povo (Makdisi, 2018: 4). Houve vários massacres, de onde resultaram feridos e também inúmeras mortes, atentados foram cometidos por ambos os povos sem nunca a paz ter sido alcançada. Palestinos foram expulsos das terras que conheciam como suas, tendo estas sido tomadas pelos israelitas. No entanto, estes israelitas também viram desaparecer os seus mais variados locais públicos, através de ataques suicidas levados a cabo por palestinos. Já os palestinos depararam-se com as suas casas a serem destruídas, sofreram punições e detenções injustificadas (Llosa, 2007: 12,13). Até hoje procura-se uma solução para este conflito, tendo havido já diversas tentativas de lhe pôr um fim ou de, pelo menos, minimizar as suas consequências, como: a resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1967; a Conferência de Madrid, em 1991; Acordos de Oslo, em 1993; Iniciativa da Paz Árabe, em 2002; Declaração de Alexandria, 2002. Mais recentemente houve também o “*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*”, projectado pelo presidente americano Donald Trump.

Pela sua pertinência tendo em conta o tema desta dissertação, ter-se-á essencialmente em conta os Acordos de Oslo e o Processo de Alexandria, não invalidando que outros sejam mencionados. Não ser considerados essencialmente estes dois acontecimentos devido à sua diferença. Por um lado temos um acordo político com uma base secular e, por outro, temos um Processo religioso que junta líderes religiosos. Neste sentido revela-se importante fazer uma contextualização mais aprofundada destes dois acontecimentos e perceber os resultados obtidos destas duas abordagens completamente distintas.

O Acordo de Oslo aconteceu no ano de 1993, e acabou por ser uma espécie de agenda relativa àquilo que seria necessário negociar, estando composto em duas partes. A



primeira, um **reconhecimento mútuo**, por parte de Israel e da OLP<sup>i</sup> e a segunda, a **Declaração de Princípios**, que consiste na explicação de algumas responsabilidades iniciais, e também um cronograma composto por aquilo que eram as negociações pendentes (Harms & Ferry, 2008: 153,154). Pretendia-se que os próximos passos fossem: um acordo sobre o autogoverno palestino na faixa de Gaza e em Jericó, havendo a retirada das forças israelitas; a existência de uma eleição de um conselho palestino cujo intuito seria o de assumir os poderes de autogoverno; a criação de vários planos de cooperação econômica e de exploração de recursos hídricos (Boffa, 2015: 391). Em 1995 deu-se a segunda fase deste processo, conhecida como Oslo II, onde “foram estabelecidas zonas de controle na Cisjordânia para Palestinos e Israelitas. Existindo três zonas, A, B e C que designam as esferas administrativas da jurisdição palestina” (Harms & Ferry, 2008: 155).

Os Acordos de Oslo representaram inicialmente uma grande esperança para os dois povos, tanto palestinos como israelitas acreditaram que esta seria a solução que iria pôr um fim ao conflito (Boatman & Martin, 2019: 4), sendo esperado que num período de cinco anos fosse possível chegar a um acordo que traria a paz, o que não acabou por acontecer (Fernandes, 2014). Este processo acabou por falhar tendo em conta aquilo que eram as expectativas iniciais.

Já o Processo de Alexandria teve início no ano de 2002 nesta mesma cidade, unindo um grupo de líderes judeus, cristãos e muçulmanos, com o propósito de tentarem perceber como iriam pôr fim à violência presente na Terra Santa, procurando também apelar à união (Landau, 2003: 16), sendo que nunca antes, com este fim, tinham-se juntado autoridades religiosas das três religiões abraâmicas (Landau, 2009: 269). Os líderes comprometeram-se a utilizar a autoridade religiosa que lhes é inerente, para tentarem acabar com as hostilidades que assombravam Jerusalém, e restaurar assim a paz (United States Institute of Peace, n.d.).

Este Processo, sendo uma iniciativa das autoridades religiosas, teve a questão religiosa em cima da mesa, sendo um marco neste sentido, ao contrário do que aconteceu nos Acordos de Oslo. Inclusive, na Declaração que adveio deste Processo, foi escrito que “matar inocentes em nome de Deus é uma profanação do Seu Nome Sagrado e difama a religião pelo mundo. A violência na Terra Santa é um demónio que tem que ser travado por todas as pessoas de boa-fé”, sendo esta a ideia central da iniciativa.

---

<sup>i</sup> Organização para a Libertação da Palestina.

Através deste Processo também foi criado um Comité Permanente que teria por objectivo a implementação da Declaração de Alexandria, ficando ainda estabelecido que os seus membros também incentivariam mais líderes religiosos a contribuírem para a pacificação de determinadas situações. Pouco depois deste encontro em Alexandria, Rabbi Ron Kronish, um dos participantes, disse que “[s]ó podemos esperar que a Declaração de Alexandria seja o novo começo de uma era na qual as religiões e líderes religiosos desempenhem um papel muito mais construtivo na construção da paz do que no passado no Médio Oriente.” (Kronish, 2002 *apud* Landau, 2003: 19). No entanto, esta iniciativa acabou por se revelar mais um diálogo inter-religioso, do que propriamente um processo de paz. Representou essencialmente o início da esperança de que a identidade religiosa passe a estar presente neste tipo de procedimentos quando assim fizesse sentido, e acabou também por enfatizar, naturalmente, a importância do diálogo inter-religioso e da produção de um documento que partisse do mesmo, chamando atenção para a relevância deste tipo de encontros continuarem a acontecer.

Como descrito, foram já vários os esforços no sentido de pôr um fim ao conflito presente neste território, mas não se revelou fácil obter um plano que produzisse resultados sólidos que permitissem finalmente alcançar a tão desejada paz para estes dois povos, e esta dificuldade deve-se à complexidade deste conflito, que envolve questões diversas e muito sensíveis, como é o caso da religião.

## **2.2. A religião no conflito**

O conflito israelo-palestiniano é tendencialmente visto como uma divergência nacionalista (Silvestri & Mayall, 2015: 46), apesar de existirem questões religiosas associadas, sendo que a sua junção às causas nacionalistas acaba por ser, como refere Franzén (n.d.: 1), um “perigoso combustível”. Para além disso, como verifica Abu-Nimer (2004: 492), o factor religioso cresce cada vez mais no enquadramento deste conflito, servindo também muitas vezes como meio para promover a própria “luta nacional” (Frisch & Sandler, 2004: 93). A religião é sem dúvida uma parte muito importante da identidade árabe e judaica mesmo para aqueles que não estão profundamente ligados à mesma (Landau, 2003: 11). A religiosidade acaba por estar já entranhada na cultura destes povos, integrando a sua história. Acontece que ambas as partes reivindicam o território da Palestina tendo por base aquilo que está presente nas suas escrituras sagradas (Franzén, n.d.: 2), o que faz com que a causa deste conflito acabe por ter inevitavelmente uma base religiosa. Apesar de não ser esta a principal razão, é um dos motivos que contribui para gerar a discórdia e alimentar o

conflito, o que torna importante perceber esta influência e analisá-la. Existe por parte dos dois lados uma visão exclusivista em relação ao mesmo território, havendo a crença de que este lugar lhes pertence por vontade divina, logo não existe qualquer intenção de dividi-lo, ou em abdicar do mesmo.

Neste conflito temos maioritariamente presentes duas religiões, que serão por isso o foco de análise neste capítulo, sendo elas o Judaísmo e o Islão. Ao serem analisadas tendo em conta a teoria de Galtung abordada no capítulo anterior, percebe-se melhor o potencial pacífico de cada uma. Galtung (1997/98) referiu que a ideia de “povo escolhido” (presente no Judaísmo) e a de “missionário agressivo”<sup>ii</sup> (presente no Islão) são duas características que podem facilmente levar à violência directa, ou seja, existe a possibilidade de estimularem actos de guerra e conflito, principalmente quando combinadas no mesmo local. No Judaísmo, para além dos seus crentes se intitularem como o “povo escolhido”, também têm presente a ideia da “terra prometida” (em referência à Palestina), sendo que estas duas características acabam por potenciar vários tipos de violência, o que contribui, como identifica o próprio Galtung (1990: 297), para a existência de assassinatos, mutilações, ameaças, detenções e até algum tipo de exploração para com os não-judeus. Por outro lado, o Islão ainda aceita o uso da violência como forma de defender a fé. No entanto, estas crenças que à partida desencadeiam cenários de violência também poderiam ser direccionadas para a paz. A ideia de se ser o povo escolhido poderia levar os seus crentes a acreditar que todas as outras pessoas eram demasiado bárbaras para serem sequer dignas de algum tipo de ataque ou domínio (Galtung, 1997/98), e neste sentido esta crença teria um potencial pacífico, mas para isso teria que haver uma reinterpretação da mesma, como explica Galtung (1997/98). De facto, é possível identificar várias crenças religiosas que à partida podem estimular actos violentos, mas também fazia sentido reinterpretar essas crenças e procurar nelas um potencial pacífico. Como já explicado, muitos muçulmanos pensam na *jihad* como uma guerra santa que deve ser travada mas, Galtung (1997/98) também diz que este conceito “deveria ser traduzido como um esforço pela fé”, o que poderia naturalmente ser interpretado para estimular a paz.

O que se acaba por concluir é que de facto o potencial pacífico destas duas religiões, segundo a perspectiva de Galtung, acaba por não ser elevado. Pode dizer-se que à partida estas duas religiões já têm bastantes características que estimulam a manifestação de comportamentos mais problemáticos, e obviamente que isto é agravado quando há uma

---

<sup>ii</sup> Galtung (1997/98) refere-se à obrigação de “viver sob um comando divino de espalhar a fé”.

disputa pelo mesmo território, tendo em conta que existem interesses que acabam por entrar em conflito.

Muitas vezes, também é possível observar que determinados crentes acreditam que por seguirem uma certa religião são moralmente superiores aos que não o fazem, ou de que a sua mundivisão é a única que está correcta, sendo assim a mais válida, excluindo todas as outras. Abu-Nimer (2004: 499) refere alguns exemplos de pensamentos que suscitam estas ideias e que estão presentes nos seguidores destas duas religiões. A opinião de que “[o] Islão é a única religião completa” ou de que “[n]ós, Judeus, somos o povo eleito”, contribuem para um reforço da animosidade entre os dois grupos, fazendo crer os seus seguidores de que a sua fé é superior e que por isso a sua religião é a verdadeira merecedora do “território, locais religiosos, e acesso à Terra Santa” (Abu-Nimer, 2004: 499).

### **2.3. Iniciativas de paz**

Quando estão em causa conflitos que envolvem nações cuja cultura e identidade estão profundamente ligadas à religião, é fundamental que a mesma seja tida em conta em qualquer processo de paz. Para tal é necessária a consciência do papel que a religião pode ter na construção da paz (Landau, 2003: 5,48) e da forma como esta será dificultada (ou mesmo impossível) se não se considerar a dimensão religiosa do conflito. Nesta secção procurar-se-á perceber de que forma os processos de paz têm integrado a religião tendo em conta três das dimensões apresentadas por Frazer e Owen: religião como símbolos e práticas; religião como comunidade; religião como instituição.

#### **2.3.1 Religião como símbolos e práticas**

Neste conflito estão, sem dúvida, em causa, questões sensíveis ligadas à religião, tanto para judeus, como para cristãos, e muçulmanos, sendo um exemplo disso alguns locais sagrados, que são tantas vezes alvo de vandalizações, ou se tornam locais contestados, o que acaba por estimular o conflito. Este fenómeno é identificado na dimensão apresentada por Frazer e Owen (2018: 43), “a religião como símbolos e práticas” onde, como indicam os autores, qualquer controvérsia nestes sítios pode causar graves discórdias. Devido ao valor espiritual que têm alguns destes locais, é fundamental que sejam considerados nos processos de paz, já que existem estruturas que são reverenciadas tanto por judeus, como por muçulmanos, ou cristãos, o que evidentemente gera disputas e desperta hostilidades,

tornando-se muito importante definir a administração de cada um destes lugares, assim como as possibilidades de visita.

A importância desta dimensão é visível nos acontecimentos de 2015, em que a polícia israelita entrou na mesquita *Al-Aqsa* (que se encontra dentro daquilo que é a Esplanada das Mesquitas<sup>iii</sup>), em Jerusalém, para acabar com os confrontos que foram desencadeados por judeus ortodoxos. Estes procuravam entrar na Esplanada das Mesquitas para rezar contestando a norma de 1967, segundo a qual os judeus não estavam autorizados a rezar neste local (Público, 2015). Situado em Jerusalém, o Monte do Templo, que integra o Muro das Lamentações, é considerado sagrado para os judeus, sendo inclusive direccionados para este local que os praticantes do Judaísmo devem rezar, e há ainda muitos judeus que vêm de todas as partes do mundo para visitar este Muro (Zoll, 2017). No entanto, dentro do Monte do Templo também temos a mesquita *Al-Aqsa* e a Cúpula da Rocha, que são referências muito importantes para todos os Muçulmanos (Chacra, 2017). São vários os locais importantes presentes, não fosse esta a cidade sagrada das três religiões abraâmicas, tanto que para além dos sítios mencionados, toda aquela região acaba por estar cheia de simbolismo religioso para cada uma das religiões do livro. Ainda que não sejam directamente este tipo de questões que vão despoletar um conflito, contribuem para estimular o mesmo, assim como podem, e devem, ser utilizadas para o atenuar (Frazer & Owen, 2018: 55), sendo fundamental ter isso conta nos processos de paz. Os locais sagrados podem, sem dúvida, representar um foco do próprio conflito.

Quando se analisa os Acordos de Oslo tendo em conta esta dimensão verifica-se que: “A responsabilidade sobre locais de importância religiosa [...] [n]a Área C será transferida gradualmente para a jurisdição palestina que cobrirá o território da Cisjordânia e da Faixa de Gaza”; Judeus, Cristãos, Muçulmanos e Samaritanos devem proteger e respeitar coisas como, “a protecção de locais sagrados”, “o livre acesso a locais sagrados” e a “liberdade de culto e prática”. Ficou também registado que o lado palestino deve “garantir o livre acesso, respeitar os modos de culto e não fazer nenhuma alteração” em alguns locais sagrados judaicos que são enumerados neste documento. Na Área A<sup>iv</sup> – cuja autoridade pertence à Palestina<sup>v</sup>, ainda que limitada – é referido que em alguns locais judaicos religiosos poderão estar presentes guardas israelitas. O que se verifica após esta

---

<sup>iii</sup> Também denominado por Monte do Templo (pelos judeus), ou *Haram Al Sharif* (pelos muçulmanos).

<sup>iv</sup> A área A inclui: Nablus, Tulkarem, Jenin, Qalqilya, Ramallah, Belém, Jericó e parte de Hebron (Acordos de Oslo, 1995).

<sup>v</sup> A área A é administrada pela Autoridade Nacional Palestiniana.

leitura é que a questão dos locais sagrados foi tida em consideração nos Acordos de Oslo, mas acabou por ser de uma forma superficial e pouco específica, acabando por permitir “amplas interpretações”, como é explicado por Harms e Ferry (2008: 156). Para além disso, não houve referências concretas a locais tão importantes como o Monte do Templo, ou a Al-Aqsa, que são obviamente “lugares contestados” (2018: 35), que contribuem expressivamente para alimentar o conflito e, por isso mesmo a sua inclusão nos processos de paz acaba por ser fundamental, como já verificado.

Relativamente ao Processo de Alexandria, realizado em 2002, foi escrito: “Procuramos viver juntos como vizinhos, respeitando a integridade da herança histórica e religiosa uns dos outros”; “[a] santidade e a integridade dos lugares sagrados devem ser preservadas e a liberdade de culto religioso deve ser garantida para todos” (Declaração de Alexandria, 2002). O reforço desta ideia é de facto importante, mas mais do que isso é preciso especificar o que será feito para garantir que isto se suceda, o que acaba por não acontecer neste documento. No entanto, não deve ser desvalorizada a importância da referência desta mensagem.

Na mais recente tentativa de pôr fim a este conflito, através do plano “*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*”, elaborado pela administração do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, há também exemplos da valorização desta dimensão. Foi definido que os palestinianos não teriam controlo em relação à Esplanada das Mesquitas, continuando assim a gestão deste local a depender da vontade de Israel. Como indicado no plano: “todos os locais sagrados de Jerusalém devem estar sujeitos aos mesmos regimes de governança que existem hoje. [...] [O] *status quo* no Monte do Templo/Haram al-Sharif deve continuar ininterrupto.” (2020: 16). Esta proposta não agradou aos palestinianos (Yahaya, 2020), constituindo mesmo uma fonte para gerar novos confrontos.

Frazen e Owen (2018: 43) explicam que qualquer controvérsia em locais sagrados, como algum tipo de desrespeito, ou uma limitação das próprias práticas religiosas, poderá suscitar protestos e gerar descontentamentos. É importante que se perceba que é preciso conseguir dar uma resposta a estas temáticas nos processos de paz e, para isso, é necessário chegar a um acordo que vá ao encontro daquilo que é a religiosidade das pessoas. Para que isso aconteça da forma devida também é necessário que se integrem personalidades religiosas em processos de paz, as quais, em princípio, terão uma maior sensibilidade para procurar uma resposta mais adequada para estes fenómenos.

### 2.3.2. Religião como comunidade

Neste sentido, esta secção discute uma outra dimensão definida por Frazer e Owen, “religião como comunidade”. Nesta dimensão observa-se como elementos de identidade religiosa comuns poderão servir como um factor de união entre as diferentes partes de um conflito.

O Judaísmo e o Islão são duas religiões monoteístas, com as mesmas leituras e profetas, sendo ambas religiões abraâmicas, o que quer dizer que as duas derivam de Abraão (Silva, 2018: 270,272), personagem bíblica. Como é descrito por Harms e Ferry (2008: 3), também a própria história de judeus e palestinianos acaba por ter várias semelhanças, como já explicado na secção 2.1. No entanto, também há inevitavelmente factores que estimulam a separação dos praticantes destas duas religiões, como o tempo em que cada uma surgiu, os textos que foram aparecendo posteriormente e a diferente interpretação que é feita em relação ao que está escrito (Silva, 2018: 272). Como é explicado por Jamal Khader (2016: 88,89), algumas das crenças respectivas de cada uma destas religiões acabam por dificultar o próprio processo de paz. O Estado de Israel, território onde coabitam palestinianos e judeus, é visto como “judeu”, logo não são reconhecidos aos palestinianos os mesmos direitos, essencialmente por via de argumentos teológicos, tendo em conta aquilo que está presente na Bíblia, os judeus israelitas acreditam que este território pertence apenas a uma religião, sendo esta a vontade de Deus (Khader, 2016: 88,89). Portanto, a própria religião e as ideias que lhes estão subjacentes podem estimular a percepção de duas comunidades distintas, sendo esta questão uma parte fulcral neste conflito.

Esta noção de comunidade está intrinsecamente ligada, como referem Frazer e Owen (2018: 9), a “noções de identidade”, onde se insere a própria religião. Pode dizer-se que o Processo de Alexandria teve a sua contribuição neste sentido, já que aproximou líderes das diferentes religiões para o mesmo propósito, e fez uso do diálogo inter-religioso, procurando unir estas comunidades, tendo em conta que este tipo de diálogo parte da filosofia de que estas religiões advêm “do mesmo Deus que criou o universo e sustenta a vida” (Stay *et al.*, 2019) o que fomenta proximidade. No entanto, o Processo de Alexandria também pode ser percebido como uma “abordagem elitista”, já que só teve a envolvência de líderes, como referiu Jabbour (n.d *apud* Landau, 2003: 36). Este (Jabbour, n.d *apud* Landau, 2003: 36) considerou que desta forma o Processo de Alexandria acabou por ter pouco impacto no “cidadão comum”, fazendo crer que esta dimensão da religião como comunidade não foi tida em conta da forma adequada neste caso. Portanto, para

realmente concretizar esta dimensão da melhor maneira seria importante integrarem-se outras personalidades. Como é identificado por Silvestri e Mayall (2015: 71) há diversos actores religiosos, como “líderes, movimentos populares, ONGs, redes transnacionais e instituições organizadas”. A integração de outros actores, para além dos líderes religiosos, poderia tornar possível impactar uma diversidade maior de pessoas.

Na Declaração de Alexandria é visível um reconhecimento da necessidade de união, tendo em conta a alínea seguinte: “nós precisamos de criar uma atmosfera em que as gerações presentes e futuras irão coexistir com respeito mútuo e confiança no outro”. Esta frase denota a vontade em estimular a harmonia e união, de modo a ajudar a promover o sentimento de comunidade. Acontece que acaba por não haver a descrição de uma acção concreta que possa difundir isso. Ou seja, neste documento está escrito que isto deve ser feito por via de uma educação das gerações futuras que esteja em acordo, mas não há uma explicação concreta de como fazê-lo, até porque o que tem sido realmente visível é um permanente desacordo entre palestinianos e israelitas.

Nos Acordos de Oslo (1993) também é possível encontrar presente o seguinte: “O governo do Estado de Israel e a equipa PLO, representando as pessoas da Palestina, concordam que é tempo de [...] reconhecer os seus direitos políticos e legítimos mútuos e esforçarem-se para viver em coexistência pacífica e dignidade e alcançarem [...] uma reconciliação histórica”. É possível observar neste Acordo uma vontade em unir de facto estes povos, no sentido de estes poderem viver em comunidade de uma forma pacífica.

No entanto, não se verifica o enaltecimento de características comuns destes povos por via da religião em processos de paz. Dentro daquilo que foi analisado não foram denotadas quaisquer tentativas de aproximação através da religião, o que demonstra um desconhecimento da importância desta dimensão.

### **2.3.3. Religião como instituição**

Através da dimensão “religião como instituição”, Frazer e Owen evidenciam a importância da estrutura hierárquica, a relevância de se compreender e ouvir as organizações, instituições e líderes que têm uma legitimidade acrescida para com estas comunidades, assim como em inseri-los nos processos de paz.

No caso do Judaísmo existem os rabinos, que são os guias espirituais de uma comunidade judaica e, conseqüentemente, possuidores de um grande grau de respeito e legitimidade perante esta colectividade. Ao se observar estas sociedades verifica-se que os rabinos



ocupam de facto cargos importantes (Crisis Group Middle East Report, 2013: 6) que lhes permitem ter um papel activo na construção da vida destas comunidades. Isto faz com que a sua inserção no processo de paz seja efectivamente uma mais-valia.

É importante perceber também que é possível existirem organizações de inspiração religiosa que desempenham um papel político relevante, como é o caso do Hamas na Palestina, e neste sentido a sua presença num processo de paz poderá revelar-se imprescindível (Frazer & Owen, 2018: 40). É, portanto, importante não subestimar o papel destas organizações, ou procurar, pelo menos, ouvir o que têm a dizer relativamente aos processos de paz. Como já referido, Frazer e Owen (2018: 7) explicam que a não envolvência do grupo Hamas nos Acordos de Oslo interferiu com o seu sucesso. Já no documento do plano de 2020, denominado “*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*”, o grupo Hamas é identificado como uma “organização terrorista” (“Está sob o controlo do Hamas, uma organização terrorista”), o que poderá de imediato incentivar a uma recusa deste plano por parte de alguns palestinianos, acabando por não se revelar uma boa abordagem.

Um bom exemplo do reconhecimento da importância desta dimensão está no Processo de Alexandria, que acabou por reunir vários líderes religiosos em prol da paz, e neste sentido a legitimidade do mesmo acabou por ser reforçada. Este Processo representou o renovar de uma esperança nesse sentido, e como referido pelo rabino Ron Kronish (2002 *apud* Landau, 2003: 19), esperava-se que a Declaração de Alexandria fosse “o novo começo de uma era onde religiões – e líderes religiosos – irão desempenhar um papel muito mais construtivo na construção da paz”. A própria realização deste Processo também contribuiu para que o cerco da Igreja Natividade<sup>vi</sup>, em Belém, chegasse ao fim (Landau, 2003: 20), devido à envolvência de alguns desses membros que procuraram neutralizar esta crise (Schuegraf, 2012).

Numa das alíneas da Declaração de Alexandria foi escrito o seguinte: “Anunciamos o estabelecimento de um comité [...] para [...] nos envolver com a nossa respectiva liderança política”. Esta frase revela o reconhecimento destes líderes em relação à importância de se envolverem com o poder político destas comunidades e de como eles próprios podem também ter um papel político. No entanto, segundo Weingardt (2008: 264,265), acaba por não existir uma verdadeira percepção destas comunidades religiosas em relação àquilo que pode ser de facto o seu potencial político. A verdade é que líderes

---

<sup>vi</sup> Em 2002, vários palestinianos encontravam-se cercados nesta igreja pelo exército israelita.

religiosos influenciam a sociedade, revelando-se igualmente importante que algumas comunidades e actores religiosos tenham a consciência dessa sua possível capacidade política, para que desta forma a possam e saibam utilizar.

Contudo, o envolvimento de actores religiosos não se tem verificado em outras iniciativas para a paz na região. Como é referido por White (2006: 11), é necessário que líderes políticos e religiosos consigam ignorar as suas diferenças para poderem assim trabalhar em conjunto, procurando implementar uma paz sólida e duradora. Smock (2006: 2) refere que mobilizar líderes religiosos dos dois lados do conflito poderá contribuir significativamente para a consolidação da paz, mas a verdade é que isto não tem acontecido, nem líderes, nem personalidades religiosas têm sido envolvidas. Os Acordos de Oslo acabam por ser um dos vários exemplos deste afastamento religioso. Inclusive, na opinião de Landau (2003: 13), este processo acaba por falhar em parte porque é um acordo de paz secular imposto por líderes seculares num local que é tão reconhecido pela sua religiosidade.

Abu-Nimer (2004: 493) sublinha que a incorporação de rituais ou figuras religiosas neste processo de paz poderia de facto fazer a diferença, possibilitando uma conexão maior entre aqueles que têm na religião um importante princípio para lidar com o conflito, podendo permitir também ligar alguns políticos com religiosos cépticos em relação a este tipo de processos, o que poderia melhorar significativamente a sua eficácia. Frazer e Owen (2018) observaram ainda que uma abordagem secular nestes processos vai subestimar o papel que alguns actores religiosos têm nas dinâmicas do conflito, dando o exemplo da importância do grupo Hamas, que, como já verificado, tem sido ignorada. Uma ideia sublinhada por estes autores (Frazer & Owen, 2018) é a de que, ao não serem incluídos estes grupos religiosos estimula-se a que estes se sintam marginalizados.

A não incorporação da dimensão religiosa, como refere Landau (2009, 272), também vai abrir espaço para que sejam movimentos radicais e totalitários a dominar essa questão. Já houve exemplos dessas dinâmicas, como o surgimento do Movimento da Jihad Islâmica, na Palestina, que utilizou a religião para promover a violência e atingir os seus objectivos (Silvestri & Mayall, 2015: 47). Segundo Abu-Nimer (2004: 492) foi precisamente a partir dos Acordos de Oslo que este tipo de grupos ganharam uma maior pujança e influência, podendo-se assim argumentar que, pelo facto de a população não se sentir representada (do ponto de vista religioso) no processo de paz, criaram-se condições para um crescente afastamento e falta de confiança para com este tipo de mecanismos e, consecutivamente um aumento da procura por grupos que dessem voz à sua fé. Portanto, como a religião não

tem sido tida em conta, a população acaba por criar mais facilmente uma empatia com grupos que a valorizem, ainda que estes sejam muitas vezes de carácter extremista. Verifica-se que ao não ser dada atenção à dimensão religiosa do conflito, criam-se as condições para que forças radicais venham a ter o domínio sob estas questões (Landau, 2003: 21) e a atrair desta forma a população. “A causa palestina não é sobre a terra e o território, é sim sobre fé e crença” (n.d. *apud* Litvak, 1998: 148) foi uma das frases proferidas pelo Movimento de Resistência Islâmica, o que demonstra que estes grupos acabam por nomear a religião como o factor central do conflito, e desta forma conseguem captar mais adeptos e gerar uma maior atenção para com as suas causas, facilitando assim o cumprimento dos seus objectivos. Portanto, se mais processos de paz tivessem em consideração a religiosidade envolvente e os actores religiosos relevantes para as comunidades envolvidas, estes grupos teriam, provavelmente, mais dificuldades em captar seguidores, sendo mais uma razão para dar voz à religião neste tipo de processos.

## **Conclusão**

Através desta análise percebe-se que o conflito israelo-palestino tem uma forte base religiosa que tem sido ignorada por decisores políticos e por alguns académicos, o que também acaba por contribuir para que a mesma não esteja presente em muitos processos de paz e estes se revelem muitas vezes pouco eficazes. A verdade é que este conflito é bastante complexo e toda a religiosidade envolvente só vem enfatizar essa questão, e para além disso, à luz da análise de Galtung, tanto o Judaísmo como o Islamismo acabam por ter já um potencial pacífico baixo.

Já foram feitas várias tentativas para implementar a paz no contexto do conflito israelo-palestino, sendo que neste capítulo foram examinadas essencialmente duas delas, mas nenhuma se revelou realmente eficaz, até porque, após esta análise percebe-se que quando tentaram incluir de algum modo a religião não o fizeram da melhor forma. A análise destes processos, tendo por base as três dimensões apresentadas por Frazer e Owen, revela que a inclusão das mesmas foi feita com muitas falhas, ou nunca aconteceu realmente, como observado na secção 2.3, o que tornou estas tentativas de implementação da paz precárias.

Como Abu-Nimer (2004) referiu, o ideal seria uma união da esfera política e religiosa na elaboração de um processo de paz. Mas, como este capítulo demonstrou, o que tem acontecido sempre é uma separação destas duas vertentes, existindo ou uma elaboração política com base secular (como os Acordos de Oslo), ou uma religiosa, sem bases

políticas (como o Processo de Alexandria). De facto, esta situação revela-se de difícil resolução, mas sem dúvida que uma envolvência religiosa adequada poderia trazer várias vantagens, como uma maior compreensão e empatia entre as várias faces do conflito, podendo fazer uma diferença fundamental no processo de construção da paz.

## **Capítulo 3: Principais desafios e futuro da religião na construção da paz**

### **Introdução**

Como observado até aqui, a religião pode efectivamente desempenhar um papel importante num conflito. Frequentemente a religião é identificada como perpetuadora destes fenómenos, mas a verdade é a que mesma também pode contribuir para o seu apaziguamento, podendo revelar-se um instrumento significativo na construção da paz. Nomeadamente, porque se a religião se pode manifestar como um factor promotor do conflito, então também é essencial que a mesma seja envolvida quando a paz é procurada. É para isso necessário ter em conta as sensibilidades religiosas das partes em conflito e, como estas podem e devem ser pensadas no processo de construção da paz, sendo importante ter como lente de análise as dimensões apresentadas por Frazer e Owen. Como refere King e Owen (2020), hoje em dia já existe um maior reconhecimento do potencial que as religiões têm na contribuição para a paz e como as mesmas podem ser “instrumentalizadas e mobilizadas”. Para tal, é necessário que também se perceba quais as dificuldades a enfrentar e o que será preciso considerar na construção desse caminho.

Já se verificou que é fundamental dar-se a devida atenção à questão religiosa em contextos de conflito onde a religiosidade desempenha um papel importante, no entanto há que ter em consideração algumas questões, como quais as boas práticas que se devem implementar para integrar adequadamente a religião em planos de construção da paz. Para isso, este capítulo vai, primeiramente, identificar os principais desafios que foram observados no conflito israelo-palestiniano, no que diz respeito à inserção da religião nos processos de paz, tendo em conta aquilo que são as três dimensões (reconhecidas como mais significativas tendo em conta o carácter do conflito em questão) identificadas por Frazer e Owen. Será ainda discutida a importância de combater esses mesmos desafios e de como será possível fazê-lo. Seguidamente o capítulo analisa como estes desafios têm sido interpretados na literatura e se esta providencia algumas pistas acerca da melhor maneira de lhes responder. Por último, o capítulo fornece uma reflexão sobre quais os principais factores a considerar na integração da religião em processos de construção da paz, e quais serão os cuidados necessários tendo em conta o que se concluiu com a leitura e análise feita durante a elaboração desta dissertação.

### 3.1. Desafios identificados

O facto de haver, na mesma região, religiões distintas, ajuda a acentuar a sensação de diferença em relação ao outro, contribuindo para promover **a ideia da existência de comunidades díspares**. A religião, que é também um factor de identidade, pode enfatizar a união de um conjunto de pessoas, mas também é capaz de, havendo uma diferença religiosa, realçar as diferenças identitárias entre grupos, como acontece no contexto do conflito israelo-palestiniano. Esta ideia está presente na dimensão identificada por Frazer e Owen, “religião como comunidade”, e é muito significativa para este estudo de caso, tendo em conta que tanto israelitas como palestinianos sentem-se parte de comunidades distintas.

Para tentar responder a este desafio é muito importante que seja fomentado o diálogo inter-religioso, sendo que este tipo de iniciativa vai permitir uma conexão maior entre as partes do conflito, podendo desta forma ajudar a enfatizar as semelhanças existentes entre os dois povos, como verificado anteriormente. Este diálogo deve procurar salientar o que as religiões presentes têm em comum, não sendo focado tanto aquilo que as separa, já que essa mesma distinção contribui para que israelitas e palestinianos se percepcionem como comunidades distintas, revelando-se o combate dessa mesma visão um verdadeiro desafio.

No capítulo anterior também se observou que o conflito israelo-palestiniano continua a ser percepcionado como uma divergência nacionalista (Silvestri & Mayall, 2015: 46; Frisch & Sandler, 2004: 78). Esta ideia é motivada pelo facto de, em ambos os lados deste conflito, não se definir de forma clara “a relação entre a religião e o Estado” (Frisch & Sandler, 2004: 79). Esta questão acaba por estar directamente ligada ao facto do sistema internacional se ter tornado essencialmente regido por Estados (Frisch & Sandler, 2004: 91), até porque, como refere Schwarz (2018: 39), o período Iluminista e a Paz de Vestefália acabaram por promover a separação da religião e da política global. Isto naturalmente vai contribuir para que não se envolva a religião na construção da paz, o que também acontece porque todos estes processos são, por norma, dirigidos por líderes políticos, basta olharmos para os Acordos de Oslo, a Conferência de Madrid, Camp David, ou até o mais recente exemplo, “*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*”.

Toda esta questão suscita um outro desafio que está ligado à dimensão da religião como instituição, a **envolvência de personalidades religiosas nos processos de paz**. Verificou-se que esta inserção é importante para que as sensibilidades religiosas sejam correctamente

consideradas. Quando se trata de um conflito que surge num local com uma importante história religiosa, isso vai significar que a própria religião é uma parte relevante para a cultura daqueles povos e, como tal, um processo de paz deveria ter essas questões em consideração. Para além disso, o envolvimento da religião na construção da paz vai permitir que sejam tidas em conta questões e preocupações mais espirituais, sensibilidades que, em princípio, apenas personalidades religiosas estarão capacitadas a incluir.

No estudo de caso em questão, já foi observado que o grupo Hamas, para além de ser um grupo religioso, também acaba por ser um actor político que pode ter uma influência bastante significativa na sociedade palestiniana, assim como os rabinos têm um papel muito importante para a comunidade judaica e consecutivamente para Israel. É essencial que exista este trabalho conjunto, já que desta forma haverá uma ponderação muito mais diversificada de factores e uma maior atenção a algumas questões que, estando só presentes líderes políticos nas negociações destes processos de paz, nunca seriam consideradas.

A envolvimento destes actores acabou por acontecer de facto, mas apenas em projectos que já partiam dos elementos religiosos na sociedade civil, como é o caso do Processo de Alexandria. Verifica-se assim que esta inclusão representa naturalmente um desafio tendo em conta que, como verificado anteriormente, os processos de construção de paz têm tido sempre uma base secular e neste sentido as personalidades religiosas acabam por ser excluídas, não havendo sequer uma espécie de confraternização, ou seja, é totalmente descredibilizada a sua importância. No entanto, é fundamental que se perceba, como refere Silvestri e Mayall (2015: 72), que envolver a religião e questões de fé nestes processos não significa tentar converter, ou abandonar “padrões internacionais seculares”. Representa antes a utilização de uma “gramática religiosa” que acaba por ser “familiar para os actores envolvidos”, o que só servirá para facilitar o alcance da paz.

Um outro desafio que é possível observar quando analisado este estudo de caso, dentro da dimensão da religião como símbolos e práticas, **a dificuldade na resolução de questões relacionadas com locais sagrados nos processos de paz.**

No caso do conflito israelo-palestiniano a atenção para com estes sítios é fundamental, já que muitos tumultos têm acontecia por via da disputa destes espaços, o que vai naturalmente agravar o conflito. Já foi possível verificar anteriormente a importância que estes sítios têm para a população judaica e árabe e, mais precisamente para judeus, cristãos

e muçulmanos, daí que a sua inclusão numa tentativa de construção da paz seja indispensável.

No entanto, as diversas reivindicações em relação a estes locais tornam complexa a possibilidade de alcançar algum tipo de consenso, e esta dificuldade acaba por se verificar nos vários processos de paz que já ocorreram: “O Estado de Israel e o Estado da Palestina devem entrar num acordo de acesso para garantir a liberdade de acesso e direitos de oração em todos os locais religiosos no Estado da Palestina e no Estado de Israel”. Esta frase encontra-se presente no mais recente plano de paz (“*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*”) elaborado para o conflito, sendo representativa da ambiguidade que acaba sempre por estar envolvida nestas questões. Ainda que se verifique que há um reconhecimento da importância destas questões em alguns processos, estas alíneas acabam por se encontrar quase sempre pouco desenvolvidas, ou descritas de uma forma imprecisa, dificultando a sua interpretação. Portanto, estão de facto presentes referências a locais sagrados, mas acabam por não oferecer soluções, revelando-se normalmente muito pouco concretas. Como referem Breger e Idinopulos (1998: 61), muitos acordos tendem a ser ambíguos relativamente a estas temáticas, não especificando as questões referentes à administração de locais sagrados, sendo que esta dificuldade é um resultado da complexidade que envolve a situação, já que acaba por estar relacionada com uma série de susceptibilidades e matérias sensíveis ligadas à fé. No entanto, e no que diz respeito ao conflito israelo-palestiniano, é um tema que tem que ser trazido obrigatoriamente para os processos de paz.

### **3.2. Identificação dos desafios e dimensões na literatura**

Vale a pena olhar para a literatura existente, e analisada até aqui, para perceber se a mesma acaba por atribuir alguma importância às dimensões que foram identificadas por Frazer e Owen e se é sensível aos desafios que integram cada uma.

A temática da envolvência de personalidades religiosas em processos de paz está bastante presente na literatura, sendo vários os autores que consideram que a sua introdução poderá revelar-se uma mais-valia.

Ao longo da história encontram-se várias referências de personalidades religiosas, ou inspiradas por esses valores, que contribuíram significativamente para a paz, e que acabam por servir de exemplo do importante papel que estas podem desempenhar num conflito. É o caso de Martin Luther King, Mahatma Gandhi ou alguns grupos religiosos, como o



Sant'Egídio (Silvestri & Mayall, 2015: 37; Weingardt, 2008: 259; Amaladoss, 2015: 35; Kadayifci-Orellana, 2008: 13). Os autores sublinham a importância que estes actores podem ter na sociedade, sendo reconhecida a relevância de trazer estas personalidades para os processos de paz, até porque, como referiu Melchior (n.d. *apud* Landau, 2003: 21) “os líderes religiosos continuam a ter mais credibilidade com o público do que os políticos”. Weingardt (2008: 264) dá mais alguns exemplos não tão conhecidos, onde personalidades ou comunidades religiosas revelaram-se fundamentais: a luta não-violenta pela independência dos *pashtunes* islâmicos; a intervenção do Papa João Paulo II no conflito de beagle; ou as marchas pela paz do monge Maha Ghosananda, no Camboja. Todos estes exemplos servem para ilustrar como os actores religiosos podem contribuir para amenizar um conflito e serem importantes mediadores na luta pela paz.

Já diversas vezes ao longo da história, personalidades religiosas provaram o seu potencial pacífico e conseqüentemente a importância em valorizá-lo, já que de facto estes indivíduos acabam por ter aptidões que não estão disponíveis aos líderes políticos. Little (2007) relata a capacidade única que estes actores religiosos têm para mediar um conflito por via do diálogo, e de uma comunicação específica que é moldada de forma a ir ao encontro de uma determinada religião. Isto permitirá criar uma susceptibilidade maior da comunidade perante o que está a ser dito e delineado.

Frazer e Owen (2008: 40) são da opinião de que a autoridade religiosa acaba por ter uma grande influência na sociedade, podendo inclusive inspirar os próprios autores de um determinado conflito, e neste sentido é importante que se analisem estas dinâmicas e se perceba quais são de facto os actores relevantes para estas sociedades e se procure trabalhar com eles. Landau (2003: 263) indica que a não inclusão de personalidades religiosas vai levar a que crentes sabotem qualquer busca pela construção da paz. Mas esta integração continua a não existir porque, como Little (2007) explica, as próprias personalidades políticas ainda não consideraram realmente a necessidade de promover o papel destes indivíduos, ou organizações, assim como a inclusão de ferramentas que tenham por base a religião. Neste contexto, Weingardt (2008: 259) frisa o quão importante é que isto comece a acontecer, já que estes actores são mais correntemente percebidos pela população como justos, no sentido de esta considerar com uma maior facilidade que estes indivíduos não terão qualquer tipo de segundo interesse no que diz respeito à procura pela paz. Ou seja, encontra-se na literatura a ideia de que actores e organizações religiosas frequentemente gozam de uma maior legitimidade junto da população, ligada à ideia da

“pureza” dos seus objectivos. No seguimento deste pensamento Weingardt (2008: 264) revela que esta mesma reputação permanece independentemente da religião sob a qual este actor é perspectivado, sendo que “um apelo [...] a textos e tradições religiosas costuma ser visto como confiável por si só”.

Contudo, é também importante assinalar que o afastamento destes actores não ocorre somente por uma opção política. Como refere Weingardt (2008: 264,265), as próprias comunidades religiosas têm falhado em perceber qual é que poderá ser o seu papel político relevante no que diz respeito a estas questões. É necessário que estas comunidades também consigam identificar este seu potencial para aprender como poderão e deverão aplicar o seu papel político, de uma forma que se revele benéfica na promoção de processos de construção de paz. White (2006: 11) defende ainda que é essencial que religiosos e líderes políticos comecem a trabalhar juntos para construírem uma paz duradora.

Para Landau (2013) é muito importante que se integrem essencialmente os líderes religiosos nos processos de paz. O autor (Landau, 2003: 13) dá um exemplo concreto da importância da integração destes líderes: a resolução de questões tão sensíveis como o acesso aos locais sagrados, ou o próprio estatuto do Monte do Templo, ou *Haram Al Sharif* (no caso do conflito israelo-palestiniano). Sendo estes apenas alguns exemplos do tipo de divergências que acabariam por beneficiar da participação de líderes sagrados na sua resolução, tendo em conta que líderes políticos dificilmente terão a sensibilidade necessária para as resolverem.

No entanto, é possível encontrar na literatura outros desafios associados à dimensão da “religião como instituição”, para além dos assinalados anteriormente. Os actores religiosos que acabam por estar por vezes presentes nos processos de paz, são, por norma, líderes religiosos, privilegiando-se assim uma abordagem elitista que poderá não se revelar tão adequada do ponto de vista daqueles que são os verdadeiros problemas sociais. Jabbour (n.d. *apud* Landau, 2009: 36), um dos organizadores do projecto Sulha<sup>vii</sup>, foi quem suscitou esta questão, considerando que o Processo de Alexandria tinha sido criado sob uma base elitista, o que, na sua opinião, iria fazer com este projecto tivesse pouco impacto no cidadão comum. Ainda dentro desta mesma abordagem de elites, Silvestri e Mayall (2015: 74) identificam mais um problema, que tem a ver com a base patriarcal presente na maioria

---

<sup>vii</sup> O projecto Sulha foi criado com o objectivo de juntar palestinianos e israelitas, acreditando que a cooperação será a chave para a resolução deste conflito. São organizadas várias actividades que promovem esta união, tais como, *listening circles*, reuniões, refeições conjuntas, orações e cânticos.

das religiões, o que faz com que estes líderes sejam maioritariamente masculinos, logo, acabariam inevitavelmente por ser excluídos “outros segmentos importantes da sociedade”.

Já dentro da dimensão “religião como comunidade” e dos desafios associados que foram anteriormente identificados, a literatura discute a importância da ideia de comunidade, e dos desafios que esta pode colocar num contexto de conflito. Adwan (2009: 146,142) explica que tanto no discurso israelita como no palestino está presente uma percepção negativa para com o outro, sendo sempre realçadas as diferenças existentes entre os dois grupos. O autor acrescenta, “israelitas e palestinos não confiam uns nos outros”, o que reflecte a existência de um permanente sentimento de receio e dúvida entre estes povos. Também Glenna (n.d.: 2) reconhece, no conflito israelo-palestino, a falta de união da sociedade civil, identificando mesmo essa questão como um dos principais obstáculos à construção da paz, apesar de, como referem Harms e Ferry (2008: 21), existir uma raiz comum entre estes dois povos, sendo “dos cananeus aos romanos” onde reside a origem da cultura judaica e palestina. No entanto, o que se verifica é que estes factores comuns acabam por não ser explorados, ou utilizados como um possível instrumento de união no contexto dos processos de paz.

Weingardt (2008: 259) refere que, quando temos oponentes de religiões diferentes é fundamental que se identifiquem valores comuns também com base na religião, algo que não tem sido praticado nos processos de paz até agora tentados na região. Silva (2018: 272) fala na existência de um sentimento de superioridade relativamente à fé do outro, o que acaba por provocar uma desunião, “desconforto e conflito de ideias”. Para além disso, Warner e Walker (2011: 115) escrevem que a base religiosa de um país pode influenciar a sua política externa e quem é percebido como seu inimigo, ou aliado.

É, portanto, possível encontrar algumas referências na literatura em relação a esta dimensão. No que diz respeito ao conflito israelo-palestino há de facto a ideia de que israelitas e palestinos veem-se como comunidades diferentes (perspectiva que é muito influenciada pela diferença religiosa), e que isto poderá realmente enfatizar o conflito, e dificultar a sua resolução. É identificada também a importância de haver a estimulação daquilo que são as bases comuns, tanto culturais, como religiosas.

Relativamente à dimensão da religião como símbolos e práticas, mais especificamente em relação aos locais sagrados e aos desafios associados, Breger e Idinopulos (1998: 70) explicam que quando há reivindicações mútuas exclusivas em relação a algum local

sagrado, acaba por surgir certamente algum conflito. Harms e Ferry (2008: 77,161,170) ilustram isso no contexto do conflito israelo-palestino, identificando alguns problemas associados a locais sagrados e que vieram a resultar na ocorrência de vários acontecimentos problemáticos. No ano de 1928, no Muro das Lamentações, os judeus utilizaram objectos para realizarem uma separação de fiéis de acordo com o género, o que acabou por despoletar um sentimento de revolta por parte dos árabes que tentaram remover essa separação, o que gerou vários tumultos. Ou, quando mais tarde, Netanyahu (actual primeiro-ministro de Israel) ordenou que fosse construída uma segunda entrada no túnel Hasmonean, que está integrado no Monte do Templo, o que veio gerar um protesto por parte dos palestinianos que tiveram receio que algo tivesse sido feito na Mesquita Al-Aqsa, ou no Domo da Rocha. Harms e Ferry (2008: 170) relembram também que a segunda Intifada, em 2000, aconteceu devido a desactos que se desenrolaram nestes locais, quando durante uma visita de Ariel Sharon (11º primeiro-ministro de Israel), manifestantes bloquearam os acessos aos locais sagrados muçulmanos, o que fez as forças de defesa de Israel reagirem com alguma violência (“balas de borracha e gás lacrimogéneo”). Portanto, só no conflito israelo-palestino são já vários os exemplos de problemas que resultaram de desentendimentos nos locais sagrados, sendo isto resultado da falta de uma solução eficaz no que diz respeito à administração e visitas destes mesmos locais.

Tendo em conta a literatura analisada, verifica-se então que existe um reconhecimento de que estes locais sagrados podem suscitar diversos problemas, e inclusive alimentar o conflito caso disputas em torno destes locais não sejam resolvidas, mas não se poderá dizer que é uma temática que se encontre recorrentemente identificada na literatura. No que diz respeito ao conflito israelo-palestino, é fundamentalmente difícil encontrar uma resposta que procure resolver este problema, talvez por toda a complexidade envolvente, já que a sua resolução vai sempre mexer com diversas sensibilidades e inevitavelmente gerar tumultos.

Por fim, pode dizer-se que existe um reconhecimento dos desafios identificados, sendo ainda relativamente escassas as propostas para resolvê-los. Como é referido por Silvestri e Mayall (2015: 28), há também vários autores que defendem a importância da presença da religião nas resoluções de conflitos, no entanto, cada um destaca diferentes “razões, aspectos e prioridades”. No capítulo anterior, e tendo em conta o estudo de caso, foram, destacadas três das dimensões que são apresentadas por Frazer e Owen, e verificou-se que

as mesmas e a sua importância são, de um modo geral, identificadas na literatura, acabando por ser essencialmente na prática onde estas são descoradas.

### **3.3. Factores determinantes no papel positivo da religião na construção da paz**

É importante que ao se tentar introduzir a religião na construção da paz sejam tidas em conta várias questões. Considera-se necessário que se perceba que de facto a religião pode contribuir para estimular um conflito, mas ela também pode ser utilizada como uma força importante na construção da paz, podendo revelar-se um instrumento muito eficaz neste sentido. Desta forma, com base na análise desenvolvida nesta dissertação, é possível tecer um conjunto de considerações sobre quais são os factores determinantes para que a religião tenha um papel positivo na construção da paz.

Um primeiro factor será o próprio uso das dimensões de Frazer e Owen como ponto de partida, procurando tirar o melhor partido de cada uma, adaptando-as ao contexto em questão. De um modo geral pode dizer-se que é importante a introdução de símbolos e rituais das diferentes religiões envolvidas; a integração de personalidades e organizações religiosas nos processos; considerar-se as histórias, doutrinas, e normas de cada religião, de modo a que aquilo que se procura estabelecer respeite as mesmas; procurar enfatizar os pontos em comum, de forma a tentar combater a ideia de comunidades distintas; utilizar a espiritualidade que a religião permite como força motivadora.

Outro ponto importante será o de diplomatas e líderes políticos começarem a trabalhar com personalidades ou grupos religiosos. Desta forma seria mais fácil utilizar correctamente as dimensões de Frazer e Owen, já que seriam conjugadas perspectivas diferentes que iriam permitir uma maior eficácia no processo de construção da paz, sendo que mais sensibilidades seriam consideradas. Para que isso aconteça é importante que diplomatas e líderes políticos percebam que a religião pode ser uma força fundamental na construção da paz, sendo necessário começar a laborar com ela e com estes actores, tendo o fim da construção da paz em vista. É necessário que se procurem figuras e organizações religiosas que tenham credibilidade junto da população, ainda que não seja recomendável que apenas líderes sejam integrados nestes processos, pelos motivos já referidos.

Outra questão a considerar tem a ver com a compreensão de que a religião se manifesta de formas diferentes consoante o contexto em que se insere, sendo importante ter sempre em conta que a religião não é um fenómeno estático. Como referido por Silvestri e Mayall

(2015: 73), trata-se de “um sistema de variáveis interligadas”, sendo importante saber acompanhar a transformação dessas variáveis e adaptar sempre os processos de paz às mesmas. Pode dizer-se que o Islão que se manifesta na Palestina não é certamente igual ao Islão presente no Irão, e é preciso perceber e estudar essas idiosincrasias, adaptando sempre o processo às mesmas. Olhar para as dimensões de Frazer e Owen vai naturalmente facilitar esta tarefa. Cada dimensão ao ser considerada tem que atender à realidade que vai servir, caso contrário não seria possível revelar-se eficaz.

Por último, importa referir que Landau (2003: 47) fala na importância de criar uma solidariedade e união entre figuras e activistas religiosos, e para que isso aconteça é necessário que se promovam encontros esporádicos entre as diferentes religiões. Olhando para as dimensões de Frazer e Owen, este diálogo poderá facilitar a chegada a um consenso relativamente ao acesso a locais sagrados, melhorando as negociações, ou contribuir para que haja uma aproximação de comunidades que se considerem possivelmente distintas. É fundamental que se difunda o diálogo inter-religioso, sendo esta uma ferramenta que não deve ser descorada, tendo em conta que poderá fazer toda a diferença.

## Conclusão

Ao longo deste estudo e após a revisão bibliográfica é possível perceber que não são dadas soluções fáceis em relação à utilização da religião na resolução de conflitos e construção da paz.

No primeiro capítulo ficou definida a lente de análise desta dissertação. As dimensões apresentadas por Frazer e Owen permitiram sistematizar as diferentes formas de como a religião pode influenciar um conflito, ou ajudar na construção da paz. Ao serem tidas em conta facilitam a tarefa de utilizar a religião a favor da paz, mas o que também acabou por ser perceptível neste capítulo, é que a maioria destas dimensões são ignoradas nas tentativas de resolução de conflito, o que advém de um factor central, a religião ainda não é suficientemente explorada no que diz respeito aos estudos da paz. O potencial pacífico de cada religião identificado por Galtung também compõe o enquadramento teórico, já que revela-se importante perceber perante um cenário de conflito com expressão religiosa, os factores presentes em cada religião que permitem estimular, ou não, a paz. No mesmo capítulo apurou-se ainda a metodologia utilizada, essencialmente, as três dimensões identificadas por Frazer e Owen (religião como símbolos e práticas; religião como comunidade; religião como instituição) e o estudo de caso utilizado, o conflito israelo-palestiniano, privilegiando-se a análise dos Acordos de Oslo e do Processo de Alexandria. Revelou-se então ser extremamente importante explorar cada vez mais a religião nos estudos da paz e conflito, permitindo um melhor aproveitamento do seu potencial pacífico.

No segundo capítulo deu-se a conhecer o estudo de caso utilizado para esta dissertação, onde foi possível comprovar como a religião pode influenciar um conflito. O conflito israelo-palestiniano tem uma forte componente religiosa, tornando urgente que a mesma seja integrada nos processos de paz. No entanto, verificou-se que nas tentativas de construção de paz que se sucederam a fim de cessar, ou melhorar, o conflito israelo-palestiniano, a questão religiosa foi praticamente ignorada. Nenhuma tentativa de paz que foi até agora implementada revelou-se eficaz, o que na opinião de vários autores foi estimulado pela falta, ou má, integração da componente religiosa. Ficou também comprovado que a religião não foi bem integrada nestes processos à luz das dimensões de Frazer e Owen.

No terceiro e último capítulo, determinou-se, no que diz respeito à inserção da religião nos processos de paz do conflito israelo-palestiniano, alguns desafios que terão que ser

enfrentados, como: a ideia presente da existência de comunidades díspares e antagónicas; a não envolvência de personalidades religiosas nos processos de paz; a dificuldade na resolução de questões relacionadas com locais sagrados.

No mesmo capítulo foi possível encontrar na literatura uma consciência em relação a estes desafios, mas denota-se que são ainda escassas as propostas para resolvê-los. Foi ainda possível destacar aqueles que são os factores determinantes na integração da religião na construção da paz, sintetizando: importa utilizar as dimensões de Frazer e Owen como ponto de partida; existir, quando necessário, um trabalho conjunto entre políticos e figuras religiosas; compreender que a religião manifesta-se de formas diferentes consoante o contexto em que se insere; o diálogo inter-religioso é uma ferramenta extremamente importante que deve ser estimulada.

Em suma, foi possível perceber com a realização desta dissertação que, perante um conflito enraizado num contexto religioso, pode revelar-se extremamente vantajoso incluir a religião nos processos de paz. De modo a responder à pergunta que orientou esta investigação (“de que forma a religião tem sido, e poderá ser, um importante contributo na resolução de conflitos e construção da paz?”), importa analisar quais as religiões presentes no local em questão, compreender cada uma, e como se manifestam no contexto específico em que se inserem. Desta forma será possível ter em conta todas as susceptibilidades envolventes, e retirar assim o melhor partido de cada religião na resolução de conflitos e construção da paz. Fazer uso da teoria do potencial pacífico da religião, desenvolvida por Galtung, e ter, principalmente, as dimensões identificadas por Frazer e Owen como lente de análise irá permitir uma utilização mais adequada da religião para este fim. No entanto, verifica-se actualmente que as questões religiosas são ignoradas nos processos de paz, sendo que isso transparece quando não são tidas em conta as sensibilidades religiosas presentes, assim como todos os assuntos que envolvem de alguma forma questões de fé, afectando a eficácia de qualquer resolução do conflito. Comprovou-se também ser fundamental que a conjuntura em que o conflito se insere seja tida em conta, porque a religião não tem que necessariamente fazer parte dos processos de paz se a mesma não for importante no contexto em questão. Como argumentam Frazer e Owen (2018: 36): “a importância que as pessoas dão à religião indica o quão relevante ela é para o conflito” e, simultaneamente, para o processo de paz. No entanto, se se está perante um contexto religioso, a utilização da religião deve acontecer tendo em consideração o seu “conjunto de ideias”, a “comunidade” que esta permite, a “instituição” que a envolve, os seus “símbolos



e práticas”, e também a “espiritualidade” que lhe é inerente, como indicado nas dimensões que Frazer e Owen desenvolveram. De facto, apurou-se que a todas as religiões, consoante o contexto em que se inserem, estão ligadas sensibilidades que é importante serem consideradas em qualquer processo de paz, para que assim não sejam apenas uma possível contribuição para o conflito, mas que possam também ser utilizadas para potenciar a estabilização do mesmo.

Verificou-se, portanto, que a utilização da religião na construção e manutenção da paz ainda tem um longo caminho pela frente que necessita de mais estudo, mas todas as religiões têm um determinado potencial pacífico que pode, e deve, ser explorado e estimulado, de modo a que este possa contribuir para a resolução de conflitos e construção da paz.

## Lista das Referências Bibliográficas

(1993) *Declaration Of Principles On Interim Self-Government Arrangements (Oslo Accords)*. Oslo.

(1995) *Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip (Oslo II)*. Oslo.

(2002) First Alexandria Declaration of the Religious Leaders of the Holy Land. [online] Alexandria: United States Institute of Peace. Disponível em: <<https://www.usip.org/programs/alexandria-declaration>> [12 de Maio de 2020].

Abu-Nimer, M. (2001) Conflict Resolution, Culture, and Religion: Toward a Training Model of Interreligious Peacebuilding. *Journal of Peace Research*, 38(6), p. 685–704.

Abu-Nimer, M. (2004) Religion, Dialogue, and Non-Violent Actions in Palestinian-Israeli Conflict. *International Journal of Politics, Culture and Society*, p.492- 499.

Adwan, S. (2009) Learning each other's historical narratives: Palestinian and Israeli Project. In: M. Salinas and H. Abu Rabi, ed., *Resolving the Israeli-Palestinian Conflict: Perspectives on the Peace Process*. Amherst: Cambria Press, p.142-146.

Amaladoss, M. (2015) Diálogos transdisciplinares: anais do Simpósio Internacional FAJE-PUC Minas. In: *Religiões para a paz ou para a guerra?*. Belo Horizonte: PUC Minas - FAJE, p.29-50.

Aroua, A. (2009) Danish “Faces of Mohammed” Cartoons Crisis: Mediating Between Two Worlds. In: Aroua, A. et al., ed., *Transforming Conflicts with Religious Dimensions: Methodologies and Practical Experiences*. Zurique, p.34–35.

Barreto, M. (2015) Religiões para a paz ou para a guerra? Um retrato do nosso tempo. In: *Religiões para a paz ou para a guerra?*. Belo Horizonte: PUC Minas - FAJE, p.1-257.

Beinin, J. & Hajjar, L., n.d. Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict - A Primer. MERIP, p.1-12.

Boatman, R. & Martin, A. (2019) *From Failed to Fair. Learning from the Oslo Accords to foster a new rights-based approach to peace for Palestinians and Israelis*. Oxfam.

Boffa, G. et al. (2005) *História Universal: A Nova Ordem Mundial*. Novara: Agostini Editore SpA.

Bolinhas, I. (2005) Das causas da guerra às razões da paz: A mediação da Comunidade de Santo Egídio no conflito moçambicano. *Revista Militar*, [online] (2439), p.4-7. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/106> [28 de Fevereiro de 2020].

Bouta, T., Kadayifci-Orellana, S. & Abu-Nimer, M. (2005) *Faith-Based Peace-Building: Mapping and Analysis of Christian, Muslim and Multi-Faith Actors*. Washington Dc: Netherlands Institute of International Relations "Clingendael" in cooperation with Salam Institute for Peace and Justice.

Brahm, E. (2005) *Religion and Conflict*. [online] Beyond Intractability. Disponível em: [https://www.beyondintractability.org/essay/religion\\_and\\_conflict%20](https://www.beyondintractability.org/essay/religion_and_conflict%20) [11 de dezembro de 2019].

Breger, M. & Idinopulos, T. (1998) *Jerusalem's Holy Places and The Peace Process*. Washington: Washington Institute for Near East Policy.

Crisis Group Middle East Report, (2013) *Leap Of Faith: Israel'S National Religious And The Israeli-Palestinian Conflict*. International Crisis Group.

Dot-Pouillard, N. & Rébillard, E. (2013) *The Intellectual, The Militant, The Prisoner And The Partisan: The Genesis Of The Islamic Jihad Movement In Palestine (1974-1988)*. The Muslim World, Hartford Seminary. HAL.

Dutta, U., Ali, S., & Ahmad, N. (2019) *Relevance and Values of Gandhi's and Bacha Khan's Moral Education in Negotiating/Addressing Situated Disparities of South Asia*. Education Sciences.

Fahy, J. & Haynes, J. (2018) *The 'Return' of Religion in International Relations*. [online] Religion and Global Society. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/religionglobalsociety/2018/10/the-return-of-religion-in-international-relations/> [2 de Dezembro de 2019].

Fairclough, N. (2013) *Critical Discourse Analysis And Critical Policy Studies*. Lancaster University: Routledge.

Fox, J. & Sandler, S. (2004) *Bringing Religion into International Relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Fox, J. (2003) *Counting the Causes and Dynamics of Ethnoreligious Violence*. Totalitarian Movements and Political Religions, 4(3), p.199–144.

- Franzén, J., n.d. *Is the Arab-Israeli conflict over Palestine primarily driven by religious concerns or political considerations?*. [online] Academia. Disponível em: <[https://www.academia.edu/25926359/Is the Arab-Israeli conflict over Palestine primarily driven by religious concerns or political considerations](https://www.academia.edu/25926359/Is_the_Arab-Israeli_conflict_over_Palestine_primarily_driven_by_religious_concerns_or_political_considerations)> [19 de Janeiro de 2020].
- Frazer, O. & Owen, M. (2018) *Religion in Conflict and Peacebuilding*. Washington: United States Institute of Peace. Disponível em: <https://jiflfc.com/resources/religion-in-conflict-and-peacebuilding-analysis-guide/> [20 de Janeiro de 2020].
- Frisch, H. & Sandler, S. (2004) Religion, State, and the International System in the Israeli–Palestinian Conflict. *International Political Science Review*, (1), p.93.
- Galtung, J. (1990) Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, 27(3).
- Galtung, J. (1997) *Religions, Hard And Soft*. [online] Crosscurrents.org. Disponível em: <<https://crosscurrents.org/galtung.htm>> [11 de Maio de 2020].
- Galtung, J. (2012). *Religions Hard And Soft*. The Ashgate Research Companion to Religion and Conflict Resolution Routledge.
- Galtung, J. (2015) Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), p.167-191.
- Glenna, M., n.d. *Why Peacebuilding Failed In Israel And Palestine*. [online] Academia, p.2. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2455500/Why\\_Peacebuilding\\_Failed\\_in\\_Israel\\_and\\_Palestine\\_-\\_A\\_Critical\\_Analysis\\_of\\_Civil\\_Society\\_Peacebuilding](https://www.academia.edu/2455500/Why_Peacebuilding_Failed_in_Israel_and_Palestine_-_A_Critical_Analysis_of_Civil_Society_Peacebuilding)> [23 de Abril de 2020].
- Gresh, A. (2002) *Israel, Palestina - Verdade Sobre Um Conflito*. 1st ed. Campo das Letras.
- Greenberg, M., Barton, J. & McGuinness, M. (2000) *Words Over War: Mediation And Arbitration To Prevent Deadly Conflict*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers for Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict, p.317.
- Grad, M. (2014) Why Religion is Needed in Post-Conflict Reconstruction. *Research and Science Today*, p. 63. Disponível em: <https://www.rstjournal.com/mdocs-posts/07-marius-nicolae-grad-why-religion-is-needed-in-post-conflict-reconstruction/> [20 de Janeiro de 2020].
- Harms, G. & Ferry, T. (2008) *The Palestine–Israel Conflict: A Basic Introduction*. Londres: Pluto Press.

Harpviken, K. B., & Røislien, H. E. (2008) Faithful brokers? Potentials and pitfalls of religion in peacemaking. *Conflict Resolution Quarterly*, 25(3), p.351–373.

Harpviken, K., & Røislien, H. (2005) *Mapping the Terrain: The Role of Religion in Peacemaking*. Disponível via PRIO, em: <https://www.prio.org/Publications/Publication/?x=3255> [24 de Janeiro de 2020].

Haynes, J. (2007) *An Introduction to International Relations and Religion*. Malaysia: Pearson Longman.

Institute for Economics and Peace. (2014) *Five Key Questions Answered on the Link between Peace and Religion*. Disponível em: <http://regionalinterfaith.org.au/?p=252> [1 de Fevereiro de 2020].

Israel Ministry of Foreign Affairs. (1917) *The Balfour Declaration*. [online] Disponível em: <https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx> > [14 de Junho de 2020].

Kadayifci-Orellana, A. (2008) In: J. Bercovitch, V. Kremenyuk and W. Zartman, ed., *The SAGE Handbook of Conflict Resolution*. SAGE.

Khader, J. (2016) Countering Violence in the Name of God in Present Day: Palestine/Israel. *The Ecomenical Review*, (1), p.81-94.

King, A. & Owen, M. (2020) *The Promise and Challenge of Multireligious Peacebuilding in the 21st Century: A Myanmar Case Study*. [online] MDPI. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/11/3/121/htm> > [12 de Maio de 2020].

Klintonowitz, J. (2020) *Os Grandes Líderes: Golda Meir*. São Paulo: Nova Cultura.

Kubalkova, V. (2013) *The “Turn to Religion” in International Relations Theory*. [online] E-International Relations. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/12/03/the-turn-to-religion-in-international-relations-theory/> [2 de Dezembro de 2019].

Landau, Y. (2003) *Healing The Holy Land: Interreligious Peacebuilding In Israel/Palestine*. USIP Peaceworks. United States Institute of Peace (USIP).

Landau, Y. (2009) *Resolving the Israeli-Palestinian conflict*. Amherst, NY: Cambria Press.

Little, D. (2007) *Peacemakers In Action: Profiles Of Religion In Conflict Resolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

Llosa, M. (2007) *Israel Palestina*. 3rd ed. Quasi Edições.

Makdisi, K. (2018) *Palestine and the Arab-Israeli Conflict: 100 years of regional relevance and international failure*. Menara Working Papers.

Mantzikos, I. (2010) An African version of the Taliban? The Islamic Courts Union in Somalia (2006) and the Taliban Afghanistan (1996). *Comparative Islamic Studies*, 4(1-2), p.113-129.

Menchik, J. (2017) *The Constructivist Approach to Religion and World Politics - Review Article*. *Comparative Politics*, p.561-581.

Público (2015) Polícia israelita entra na Mesquita Al-Aqsa em Jerusalém. [online] Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/07/26/mundo/noticia/policia-israelita-entra-na-mesquita-alaqsa-em-jerusalem-1703231>> [6 de Março de 2020].

Resende, F. & Rossignoli, L. (2015) *O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946)*. Galáxia (São Paulo).

Sandal, N., & Fox, J. (2015) *Religion in International Relations Theory*. London: Routledge.

Schuegraf, O. (2012) *The Cross of Nails: Joining In God's Mission Of Reconciliation*. Frankfurt: Canterbury Press.

Schwarz, T. & Lynch, C. (2016) *Religion in International Relations*. In Oxford Research Encyclopedias. Disponível em: [https://oxfordre.com/politics/oso/viewentry/10.1093\\$002facrefore\\$002f9780190228637.001.0001\\$002facrefore-9780190228637-e-122;jsessionid=427D4F6BB45C70521BE9D96446AE3946](https://oxfordre.com/politics/oso/viewentry/10.1093$002facrefore$002f9780190228637.001.0001$002facrefore-9780190228637-e-122;jsessionid=427D4F6BB45C70521BE9D96446AE3946) [18 de Fevereiro de 2020].

Schwarz, T. (2018) Teaching Religion, Conflict, and Peace. *A Journal Of Social Justice*, p.39. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10402659.2017.1419665?journalCode=cper20> [2 de Fevereiro de 2020].

Shlaim, A. (2000) *The Iron Wall. Israel and the Arab World*, London, Penguin Books.

Silva, J. & Philippini, R. (2017) Israel e Palestina: da "Terra Santa" a um território em conflito. *Revista Ciência Contemporânea*, [online] (1). Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id\\_revista=31](http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31)> [2 de Fevereiro de 2020].

- Silva, T. (2018) *Revista de História das Ideias*, [online] (2ª Série) Disponível em: <[https://impactum-journals.uc.pt/rhi/issue/view/2183-8925\\_36](https://impactum-journals.uc.pt/rhi/issue/view/2183-8925_36)> [29 de Fevereiro de 2020].
- Silvestri, S. & Mayall, J. (2015) *The Role of Religion in Conflict and Peacebuilding*. UK: British Academy.
- Smock, D. (2006) *Religious Contributions to Peacemaking: When Religion Brings Peace, Not War*. Peaceworks. Washington: United States Institute of Peace.
- Smock, D. (2008) *Religion in World Affairs: Its Role In Conflict And Peace*. Special Report. United States Institute of Peace.
- Soares, P. (2012) Um coeficiente religioso nas teorias das relações internacionais?: paradigmas, teóricos e soft power. *Caderno de Relações Internacionais*, p.46-71.
- Stay, J., Wyk, T. & Dreyer, Y. (2019) “Holiness” and faith practice today: A contribution towards interreligious dialogue. *Verbum et Ecclesia*, 40(1).
- Stückelberger, C. (2012) *Lecture at the World Council of Churches’ Ecumenical Centre*. Geneva: World Council of Churches.
- Troy, J. (2014) *Religion And The Realist Tradition: From Political Theology To International Relations: Theory And Back*. Routledge Studies in Religion and Politics.
- United States Institute of Peace. n.d. *The Alexandria Declaration*. [online] Disponível em: <<https://www.usip.org/programs/alexandria-declaration>> [19 de Fevereiro de 2020].
- Waldman, T. (2009) *Resolução de conflitos, construção da paz e juventude*. [online] p.7. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/327860141\\_Conflict\\_Resolution\\_Peacebuilding\\_and\\_Youth](https://www.researchgate.net/publication/327860141_Conflict_Resolution_Peacebuilding_and_Youth)> [12 de Outubro de 2020].
- Warner, C. & Walker, S. (2011) Thinking about the Role of Religion in Foreign Policy: A Framework for Analysis. *Foreign Policy Analysis*.
- Weingardt, M. (2008) *The Role Of Religion In The Dialogue Of Civilizations*. IFSH.
- White, C. (2006) Bringing Religious Leaders Together in Israel/Palestine. In: D. Smock, ed., *Religious Contributions to Peacemaking: When Religion Brings Peace, Not War*. Washington: United States Institute of Peace.
- White House (2020) *Peace To Prosperity - A Vision To Improve The Lives Of The Palestinian And Israeli People*.

Yahaya, J. (2020) *President Trump Peace Strategy: Emerging Conflict Between Israel And Palestine*. [online] Research Gate. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/341909539\\_President\\_Trump\\_Peace\\_Strategy\\_Emerging\\_Conflict\\_Between\\_Israel\\_and\\_Palestine](https://www.researchgate.net/publication/341909539_President_Trump_Peace_Strategy_Emerging_Conflict_Between_Israel_and_Palestine)> [26 de Julho de 2020].

Zoll, R. (2017) Jerusalém é um lugar sagrado para judeus, muçulmanos, cristãos. *AP News*. [online] Disponível em: <<https://apnews.com/a02fec9f026449b49751a05e1dd4ef6f/Jerusalem-is-sacred-place-for-Jews,-Muslims,-Christians>> [4 de Fevereiro de 2020].